



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

SUENNY MOREIRA MOUSINHO

**REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: UMA ANÁLISE DOS
POSICIONAMENTOS ANTAGÔNICOS DE MOVIMENTOS DA SOCIEDADE
CIVIL A PARTIR DA CONCEPÇÃO DE ESTADO, SOCIEDADE E DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.**

Brasília

2016

SUENNY MOREIRA MOUSINHO

**REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: UMA ANÁLISE DOS
POSICIONAMENTOS ANTAGÔNICOS DE MOVIMENTOS DA SOCIEDADE
CIVIL A PARTIR DA CONCEPÇÃO DE ESTADO, SOCIEDADE E DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade de
Brasília, como requisito parcial para a obtenção do
título de bacharel em Serviço Social, sob orientação da
Professora Ms. Liliam dos Reis Souza Santos.**

Brasília

2016

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em: 24/03/2016.

Orientadora: Prof^a Ms. Liliam dos Reis Souza Santos

Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – SER/IH/UnB.

Avaliadora: Prof.^a Dr.^a Miriam de Souza Leão Albuquerque

Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – SER/IH/UnB

Avaliadora: Psicóloga Ms. Juliana Murad

Dedico este trabalho à minha mãe Luzia, por todo amor, suporte e apoio incondicional. Rainha, sem você eu não seria o que sou, não sonharia o que sonho e não viveria a incrível experiência que é a vida. Gratidão!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a toda espiritualidade amiga pelo amparo e proteção. Produzir este trabalho foi um processo difícil e importante de leitura, escrita, aprendizado, paciência e autoconhecimento.

Agradeço a todas e todos os sujeitos da pesquisa, pela participação, paciência e colaboração.

À professora Liliam por fazer parte desse projeto comigo, pelas orientações, ensinamentos, dicas e auxílio na produção do trabalho.

Aos membros da banca examinadora, pela disponibilidade de participar e pelas contribuições.

A todos meus companheiros de curso. A Universidade de Brasília, em especial a todos os professores que fizeram parte dessa jornada, pelos ensinamentos e trocas constantes. Todas e todos vocês contribuíram no processo de escrita deste trabalho.

Agradeço imensamente a minha mãe Luzia, por tudo e por tanto.

A todos meus familiares, em especial à minha irmã Nayara pelo incentivo e apoio.

Agradeço às minhas avós e avô de coração Dorva, Haydée e Zé Arthur, pela preocupação e apoio constante. Sou muito feliz em ter vocês na minha vida e em poder compartilhar momentos tão especiais.

Agradeço a todos meus amigos e amigas. Às minhas fieis escudeiras do Bonde: sem vocês esses anos não seriam tão felizes e especiais. Obrigada por tudo.

As minhas queridas amigas Camila, Letícia, Thatianne e Viviane por compartilharem comigo as muitas emoções no processo de escrita da monografia.

A todos que fizeram parte da minha vida acadêmica, desde os que passaram aos que permaneceram, meus sinceros agradecimentos.

Do rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas
ninguém diz violentas as margens que o comprimem.

Bertolt Brecht

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso trata da configuração do Estado, sua relação com a sociedade e a construção dos direitos da criança e do adolescente no que se refere à proposta de emenda constitucional de redução da maioridade penal. A motivação pelo tema é atribuída ao envolvimento de crianças e adolescentes na criminalidade, pela emergência e atualidade do debate em torno do tema e pelo comprometimento dos movimentos da sociedade civil neste processo. Para se abordar as questões específicas do estudo, fez-se necessária uma contextualização histórica sobre a relação entre o Estado e a sociedade, a construção dos direitos da criança e do adolescente e o debate sobre a redução da maioridade penal no Brasil. Para a efetivação da análise proposta, foi realizada uma pesquisa de cunho quanti-qualitativo com oito participantes de movimentos sociais, quatro favoráveis e quatro contrários à redução da maioridade penal, por meio de um questionário aplicado *online* através da plataforma *google forms*. Por fim, foi constatado que os movimentos favoráveis à proposta apresentam um posicionamento que reforça o Estado penal, punitivo e restrito, compreendendo a sociedade como um aglomerado de indivíduos autônomos e eficientes, enquanto os movimentos contrários a proposta compreendem a sociedade permeada por uma perspectiva de classe, onde crianças e adolescentes devem ser assistidos por Políticas Públicas específicas e visualizam a necessidade de enfrentamento do neoconservadorismo.

Palavras-chave: Estado; Sociedade; Direitos da criança e do adolescente; Redução da maioridade penal.

ABSTRACT

This final paper treat about the State configuration, it's relation with society and the construction of children's and adolescents' rights in relation to the proposal to reduction of legal age. The motivation for the subject is attributed to the involvement of children and adolescents in crime, the emergence and relevance of the debate around the theme and the commitment of civil society movements in this process. To address the specific questions of the study, it was necessary a historical contextualization of the relation between State and society, the construction of children's and adolescents' rights and the debate about reduction of legal age in Brazil. For the realization of the proposed analysis, was conducted a quantitative and qualitative research with eight participants from social movements, four in favor and four against the reduction of the legal age, through a research tool formulated by online questionnaire applied through the platform google forms. Finally, it was found that the movements in favor of the proposal have a position that reinforces the State criminal, punitive and restricted, including society as a conglomeration of individuals autonomous and efficient, while movements against the proposal include society permeated by a perspective class where children and adolescents must be supported by specific public policies and visualize the need to face the neoconservatism.

Key Words: State; Society; the rights of children and adolescents; Reduction of legal age.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCED Adolescente	Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MJPOP	Monitoramento Jovem de Políticas Públicas
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
RENADE	Rede Nacional de Defesa do Adolescente em Conflito com a Lei
SAM	Serviço de Assistência ao <i>Menor</i>
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UJC	União da Juventude Comunista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – A CONFIGURAÇÃO DO ESTADO E SUA RELAÇÃO COM A SOCIEDADE NA CONTEMPORANEIDADE	15
1. A CONFIGURAÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO CAPITALISTA.....	15
1.1.1. O CAPITALISMO CONCORRENCIAL E O ESTADO DE FACE LIBERAL CLÁSSICO.....	17
1.1.2. O CAPITALISMO MONOPOLISTA E O ESTADO DE FACE SOCIAL	19
1.1.3. O CAPITALISMO MONOPOLISTA FINANCEIRIZADO E O ESTADO DE FACE NEOLIBERAL	22
1.2. A CONFIGURAÇÃO DO ESTADO PENAL	24
2. A CONFIGURAÇÃO DO ESTADO CAPITALISTA NO BRASIL	27
2.1. A CONJUNTURA NEOLIBERAL, A VIOLÊNCIA E A CONFIGURAÇÃO DO ESTADO PENAL BRASILEIRO	31
CAPÍTULO II – OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A PROPOSTA DE REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL.....	38
1. A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE....	38
2. A DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL E A CONSTRUÇÃO DO ECA ...	41
2.1. O ECA E SUA APLICABILIDADE.....	43
3. A REDUÇÃO DA MAIORIDADE NO BRASIL	46
3.1. O DEBATE NO CONGRESSO – PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL 171/93	49
CAPÍTULO III – METODOLOGIA, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS..	52
1. APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	52
2.1. Apresentação dos sujeitos da pesquisa	56
2.2. O papel do Estado frente à sociedade	57
2.3. Compreensão de sociedade	58
2.4. Relação entre o Estado e a Sociedade.....	59
2.5. A construção dos direitos da criança e do adolescente no Brasil	60
2.5.1. O ECA e as medidas socioeducativas.....	61
2.5.2. Possibilidades de se contrapor aos problemas dos jovens na criminalidade.....	63
2.6. A redução da maioridade penal e o sistema prisional.....	64

2.6.1. Efeitos, a médio e longo prazo, que se pode esperar ao encarcerar prematuramente esses jovens	65
2.6.2. Causas do envolvimento juvenil na criminalidade	66
2.7. O objetivo da redução da maioridade penal.....	67
3. A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL SOB UMA PERSPECTIVA CRÍTICA E O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	69
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
APÊNDICE 1	83
ANEXO 1	85

INTRODUÇÃO

Os direitos referentes ao menor de idade constituíram preocupação durante décadas por juristas, médicos e pela sociedade em geral. Em outubro de 1927, foi criado no Brasil o Código de Menores – Decreto nº 17.943 - que aumentou a inimputabilidade penal para 14 anos de idade, onde quem cometesse ato ilícito seria abrigado em casa de educação ou preservação, ou ainda, confiado à guarda de pessoa idônea até os 21 anos de idade. A partir do estabelecimento do Código Penal de 1940, o critério adotado passou a ser biológico no que refere à inimputabilidade, assegurando-a aos menores de 18 anos de idade. O ordenamento jurídico brasileiro vigora até os dias atuais, porém com algumas modificações, e sujeitando os menores à legislação especial.

A crise contemporânea do capital¹ e as estratégias para a retomada das taxas de lucro tem deixado, ao longo do tempo, marcas profundas nas sociedades capitalistas, sobretudo em países como o Brasil – com histórica e profunda desigualdade social. Tal crise do capital e as formas encontradas por este para enfrentar movimentos de resistência, afetam a vida da classe trabalhadora e dos segmentos sociais subalternos, entre outras razões, pelo aumento da violência e da criminalização daqueles indivíduos não funcionais ao capital, inclusive no que diz respeito a crianças e adolescentes.

Nesse sentido, com o objetivo de finalizar um ciclo de formação profissional, fortalecer a intervenção política da profissão e considerando a relevância do tema na mídia, sociedade e meio acadêmico, o presente projeto tem a intenção de problematizar a concepção de Estado, sociedade e direitos da criança e do adolescente que orientam o posicionamento de participantes de movimentos da sociedade civil, sendo estes favoráveis e contrários à proposta da redução da maioridade penal.

Atualmente em processo de tramitação no Senado Federal, a proposta de emenda constitucional 171 (com alterações), de 19 de agosto de 1993, é de autoria do atual deputado distrital Benedito Domingos do Partido Progressista do Distrito Federal, e altera a redação do artigo 228 da Constituição Federal, no que se refere à imputabilidade penal do maior de dezesesseis anos. O objetivo é atribuir responsabilidade criminal ao jovem em conflito com a lei maior de dezesesseis anos nos casos de crimes hediondos,

¹Conjunto de eventos sociais postos a partir da segunda metade da década de 1970, tendo seu ápice durante os anos 1980 e 1990. São eventos denominados e conhecidos como reestruturação produtiva e globalização do capital e implicaram na emergência do chamado Estado penal. De acordo com Antunes (1999) tal crise se expressa de forma aguda e destrói a força humana que trabalha, destruindo direitos sociais, brutalizando enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho e transformando em predatória a relação produção/natureza.

homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte. Em agosto de 2015 a PEC foi aprovada na Câmara dos Deputados em um total de 473 votos, sendo 320 favoráveis, 152 contrários e 1 abstenção.

Com efeito, a redução da maioria penal constitui um tema contemporâneo e polêmico entre os parlamentares, a mídia e a sociedade, gerando distintos questionamentos e debates em todas as esferas do poder. Os meios de comunicação em geral e o Congresso Nacional apresentam um posicionamento conservador em relação ao debate, onde a própria PEC 171/93 manifesta argumentação baseada em conceitos bíblicos:

A uma certa altura, no Velho Testamento, profeta Ezequiel nos dá a perfeita dimensão do que seja a responsabilidade pessoal. Não se cogita nem sequer de idade: "A alma que pecar, essa morrerá" (Ez. 18). A partir da capacidade de cometer o erro, de violar a lei surge a implicação: pode também receber a admoestação proporcional ao delito - o castigo. (1993, p.11)

Nesse sentido, partimos da hipótese que a partir da polarização de opiniões que envolvem o tema, o posicionamento favorável à redução da maioria penal apresenta uma perspectiva que reforça o Estado penal, punitivo e restrito, compreendendo a sociedade como um aglomerado de indivíduos autônomos e eficientes. Em contrapartida, aqueles que apresentam um posicionamento contrário à proposta acreditam que a medida é ineficaz quanto ao combate às ilicitudes cometidas pelos jovens, além de não diminuir os índices de violência, por compreenderem a sociedade a partir de uma concepção de classe, onde crianças e adolescentes são assistidos por Políticas Públicas específicas.

A disposição pelo tema ocorreu a partir da experiência de estágio realizada na Penitenciária do Distrito Federal I, no ano de 2014, que é responsável pelo encarceramento de homens, a partir dos 18 anos e condenados ao regime fechado. Na sequência do estágio, houve a possibilidade de participar de um projeto denominado Saúde Integral, liderado pela professora Lenora Gandolfi da faculdade de Medicina da Universidade de Brasília. Tal projeto oferece atendimento de saúde para os adolescentes em conflito com a lei na Unidade de Internação do Recanto das Emas, no Distrito Federal.

Frente à atualidade do debate, surgiram indagações a respeito da redução da maioria penal e como a concepção de Estado, sociedade e direitos da criança e do adolescente relacionam-se com o posicionamento do Estado e da sociedade civil.

A partir do tema proposto, apresentamos uma discussão nos capítulos 1 e 2 sobre a configuração do Estado, sua relação com a sociedade e as prerrogativas punitivas que embasam o debate sobre a redução da maioria penal. A presente pesquisa pauta-se num método quanti-qualitativo, com caráter descritivo, identificada por caracterizar determinada amostra e as relações entre as variáveis estudadas, com vistas a comprovar ou refutar as hipóteses inicialmente propostas. A concepção de Estado, sociedade e direitos da criança e do adolescente, serão as categorias abordadas no trabalho.

A pesquisa foi realizada com oito participantes de movimentos da sociedade civil, quatro favoráveis e quatro contrários à Proposta, a fim de problematizar os posicionamentos antagônicos, discutir e analisar as categorias apresentadas, com vistas a fortalecer a intervenção política da profissão do Assistente Social, inovando e assumindo opinião politicamente sob uma perspectiva crítica da realidade.

A abordagem foi realizada através dos grupos dos movimentos sociais em redes sociais e a participação se deu de forma voluntária. Os participantes apresentaram idades variantes entre 17 e 58 anos e 57% se encontra cursando o Ensino Superior. Responderam o instrumento de pesquisa adotado, formado por um questionário de quinze perguntas discursivas e duas objetivas, disponibilizado *online* através da plataforma *google forms*.

Nesse sentido, a pesquisa visa contribuir com as pautas progressistas sobre os direitos das crianças e dos adolescentes e para o projeto profissional do Serviço Social na luta por um projeto político que seja fundado nos marcos normativos e democráticos a serviço da Política de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO I – A CONFIGURAÇÃO DO ESTADO E SUA RELAÇÃO COM A SOCIEDADE NA CONTEMPORANEIDADE

O presente capítulo visa fazer um debate sobre a configuração do Estado e sua relação com a sociedade na contemporaneidade, situando os direitos da criança e do adolescente no Brasil, numa perspectiva de articulação da totalidade social e histórica. Em vista de analisar através de um viés crítico, consiste em compreender a sociedade como uma totalidade, em que as relações sociais são contraditórias e não harmônicas.

1. A CONFIGURAÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO CAPITALISTA

A pretensão deste capítulo é fazer uma reflexão breve sobre a instituição Estado e sua relação com a sociedade no modo de produção capitalista. A instituição Estado não tem sua origem na era moderna. Estudos sobre o Estado e os governos e suas relações com a sociedade, se dão desde a Grécia Antiga, sendo caracterizado como uma instituição social complexa, central e transversal, para o entendimento das relações sociais políticas e econômicas.

O debate sobre o papel do Estado na sociedade capitalista tornou-se muito relevante e permeava-se pela dinâmica das novas relações sociais. Buscou-se romper com o caráter teológico e dogmático que era inerente ao debate do Estado nos modos de produção anteriores ao capitalismo. No âmbito desse debate destaca-se a corrente contratualista, que busca pensar a funcionalidade do Estado para esse sistema, associando a criação do Estado a um contrato realizado pela vontade humana. Assim sendo, no molde contratualista o Estado tem uma origem contratual, não natural e por meio de um pacto realizado consensualmente entre os indivíduos, onde o Estado fica restrito ao campo político. Os principais teóricos dessa concepção são: Hobbes, Locke e Rousseau.

Sob o ponto de vista de Thomas Hobbes, séculos XVI e XVII, a concepção de contrato social parte do entendimento que o Estado nasce absoluto, onde o homem tem liberdade plena e luta para obter o que quer sem leis ou punições, onde o mais forte prevalece.

Dessa forma, o homem é visto como indivíduo racional, individual e auto-suficiente, que deve zelar por sua sobrevivência. O homem racional, notando a insegurança que vive nesse estado natural, conclui que este pode ser superado. Na busca por tal

superação, cria-se o que seria o Estado Civil, um pacto realizado entre os próprios homens em privilégio de um terceiro, que é responsável pelo poder soberano.

O soberano assume a forma de objeto do contrato, sem compromissos e isento de obrigações, sendo o único capaz de manter a paz social. Nessa concepção só existe a sociedade porque existe o Estado e só existe o Estado porque os indivíduos abriram mão da liberdade ilimitada, criando um pacto e aceitando um poder maior a ser responsável por suas vidas.

Já a ótica de John Locke, séculos XVII e XVIII, entende que a ideia de propriedade é anterior a ideia de Estado, este que surge como instituição capaz de evitar conflitos, porém sem o poder de influenciar a propriedade, apenas garantindo-a e regulamentando-a como direito natural. Essa propriedade privada é protegida e o comércio passa a existir de forma mercantil. Dessa forma, o contrato social consiste em um pacto de consentimento, onde os homens concordam de forma livre em formar a sociedade civil para consolidar direitos. Logo, a fim de garantir a liberdade, há neste Estado a divisão de poderes – legislativo, executivo e federativo – de modo a evitar o absolutismo e possibilitar maior liberdade aos indivíduos. Nesse escopo, nota-se o surgimento da diferença entre público e privado. O limite do poder estatal consiste direito do cidadão.

A análise de Jean-Jaques Rousseau, século XVIII, compreende que ao idealizar o contrato social, os indivíduos abrem mão de todos os seus direitos do estado natural, gerando um poder civil sem limites. Com o surgimento da propriedade privada surgem também os conflitos, inclusive é o que dá origem a escravidão, por exemplo. Devido à ganância do homem em busca pela propriedade, surge um estado de guerra, com necessidade de planejar um pacto com novas leis para a sociedade. Nesse cenário, o contrato social passar a ser um aparato em favor da sociedade, visando garantir a paz social. Ao abrirem mão de sua liberdade natural os indivíduos recebem em troca uma liberdade civil. Assim, o poder do governo é legado pelo poder soberano do povo, sendo o Estado um órgão limitado pelo poder do povo e não como um corpo autônomo.

Compreendendo esse contexto, Hobbes considerava que “o homem é lobo do homem”, isto é, o ser humano, em estado de natureza, é o predador que vive em guerra com seus semelhantes. Conclui que a única forma de garantir a paz necessária à sobrevivência é delegando um poder absoluto ao soberano. Ao contrário, Locke critica o absolutismo em prol do liberalismo, concluindo que devem existir limites ao poder soberano. O liberalismo baseia-se em uma concepção individualista da sociedade, compreendida como uma somatória dos indivíduos. O Estado tem por finalidade

garantir os interesses particulares de todos, de forma que eles possam coexistir em harmonia (MELLO, 2012).

Tais pensadores legitimam a defesa de um modelo de Estado particular do sistema capitalista, pautado na defesa deste novo modelo de organização social. Ainda que suas análises sejam diferentes em formas, o conteúdo é envolto na defesa de um modelo político que oferecesse base para a nova forma produtiva que se desenvolvia. O desenvolvimento histórico dessa instituição acompanha, portanto, as transformações vivenciadas pelo capitalismo.

Herda-se dessa corrente a separação entre Estado e Sociedade civil, na qual se reivindicava um Estado absoluto e forte, que estabelecesse regras de convívio social e de subordinação política na figura de um poder soberano, mas sob a defesa de uma forma política de garantir a liberdade e a propriedade privada.

1.1.1. O CAPITALISMO CONCORRENCIAL E O ESTADO DE FACE LIBERAL CLÁSSICO

Com a expansão do comércio, a terra já não era a única fonte de riqueza, o que ocasionou em grandes transformações econômicas e sociais. O capitalismo comercial ocorreu entre os séculos XVI e XVIII, ganhando força com o desenvolvimento da burguesia comercial européia, e foi fruto das grandes navegações e da revolução comercial. Essa fase é marcada pela predominância da aristocracia como proprietária de terras, mas com a classe média burguesa emergindo.

Na fase concorrencial o Estado era favorável aos interesses da burguesia comercial. Tal período ficou conhecido pela exploração do trabalho do homem, tanto assalariado quanto escravizado, a fim de obtenção de lucros com o comércio. Locais como Espanha, Portugal, Alemanha, França, Inglaterra, algumas cidades da Itália e Países Baixos foram onde o capitalismo concorrencial mais se desenvolveu. Houve impulso comercial realizado através da conquista de alguns territórios na África e América; uso de mão-de-obra escrava de origem africana, entre outras.

A fase foi marcada por atividades industriais como fonte de lucros; concentração de renda das mãos da burguesia industrial; alta desigualdade social; uso de mão-de-obra assalariada; salários baixos, poucos direitos trabalhistas, exploração de mão-de-obra infantil; restrição das demandas e direitos sociais. Ou seja, grande parte da população vivia em péssimas condições de vida, ocorrendo o agravamento dos problemas sociais e baixa regulação das relações entre capital e trabalho.

A fase concorrencial foi marcada pelo Estado Liberal. Neste Estado – também conhecido como Estado mínimo – cabia ao poder público a manutenção da ordem por meio da punição e encarceramento, dessa forma, o Estado, a fim de obstruir os conflitos entre as partes, impunha penas e julgava crimes. Cabia, ainda, garantir o direito e usufruto da propriedade, a proteção à vida, o direito de ir e vir e a ordem pública. Nesse sentido, como forma de zelar pela administração e cumprimento das leis e pela segurança, sua característica era repressora e restrita.

Tal Estado responde às determinações de cunho privado do capitalismo. Aqui se caracteriza o processo de ascensão e legitimação do capitalismo. Na base do Estado liberal estão a defesa da propriedade, direitos individuais e intervenção mínima.

Por liberal, designa-se uma ordem política sob a qual todos os indivíduos são livres e independentes, não submetidos ao poder de nenhuma outra pessoa, mas todos igualmente submetidos à lei; e por Estado mínimo designa-se a organização política que interviria apenas naquilo que fosse estritamente necessário para garantir a liberdade e igualdade dos cidadãos, ficando todas as demais dimensões da vida social a cabo da regulação do mercado. Essas definições de Estado liberal e Estado mínimo iriam ser recorrentemente invocadas no debate político ao longo do século XX (COELHO, 2012, p. 75)

Essa dinâmica exige a postura de um Estado mais restrito, o que implica na maneira como o Estado se relaciona com a sociedade – de forma restrita e agressiva.

Como se pode observar, o Estado mínimo dos liberais não era tão mínimo assim, visto que sua ideia era a de que o mercado seria auto-regulável, não necessitando de intervenção estatal para o bom funcionamento. As mudanças trazidas pelo Estado liberal não se restringiram aos direitos civis e econômicos, mas tiveram uma importante participação política, introduzindo a democracia representativa, por exemplo.

O capitalismo concorrencial perdeu força com as transformações sofridas por esse modelo, logo, inicia-se a fase do capitalismo monopolista.

Abordar sobre a fase concorrencial nos dá o entendimento de que na relação entre Estado e sociedade, a perspectiva era restrita, de mínima intervenção social, tendendo a repressão e não aos direitos sociais. O Estado tinha o papel de resguardar os interesses gerais da burguesia em nome do interesse público estando, então, este último em segundo plano, ou seja, um dos princípios clássicos era o individualismo, não compreendendo a perspectiva de classe.

1.1.2. O CAPITALISMO MONOPOLISTA E O ESTADO DE FACE SOCIAL

Como a Revolução Industrial gerou transformações no modo de produção, os camponeses foram diretamente atingidos e passaram a ser proletários, subordinados plenamente ao capital, produzindo uma nova estrutura social e um novo contexto político.

O capitalismo monopolista avançou até a Segunda Revolução Industrial, no século XIX, onde a organização assumiu o papel de unidade básica de produção e o conhecimento assumiu qualidade de fator estratégico de produção, em que a burguesia é obrigada a partilhar o poder e o privilégio com a nova classe média que emergia.

Caracteriza um salto tecnológico, político e econômico no interior do próprio capitalismo. A Inglaterra é considerada o berço desta fase, pois foi onde se iniciou o processo de revolução industrial. A partir do século XIX, o capitalismo monopolista atingiu outros países como: França, Bélgica, Alemanha, Holanda, Estados Unidos e Japão.

Assim sendo, a primeira metade do século XX, apesar de ter sido definida por significativos avanços tecnológicos, também foi marcada como um período de instabilidade econômica e geopolítica. Além da Primeira e Segunda Guerra Mundial, ocorreu também a Revolução Russa de 1917, a Crise de 1929, a Grande Depressão e a ascensão do Nazi-Fascismo na Europa. Nessas poucas décadas, o capitalismo atravessou diversas crises e transformações, obtendo novas características. Esta fase perdurou até surgir em cena o Estado de Bem-Estar Social, com a hegemonia européia.

Dessa forma, Netto (2005) ressalta que até o final do século XIX e início do século XX, o capitalismo era regido pela livre concorrência, ocorrendo um processo de acumulação de capital nas mãos das grandes corporações, sendo a livre concorrência substituída pelos monopólios capitalistas. Assim:

A idade do monopólio altera significativamente a dinâmica inteira da sociedade burguesa: ao mesmo tempo em que potencializa as contradições fundamentais do capitalismo já explicitadas no estágio concorrencial (...) a combinar com novas contradições e antagonismos (NETTO, 2005, p. 19).

Nessa conjuntura, o Estado vai assumir e ampliar determinadas responsabilidades no escopo social. O Estado, enquanto instituição contraditória permeada por classes opostas tem, por um lado, o intuito de garantir o bem comum e, por outro, age com vistas a controlar e manter a ordem, o que é expresso por meio de ações repressivas ao longo da história.

Nessa perspectiva, se o Estado no capitalismo concorrencial tem uma participação pontual no que tange ao social, em sua fase monopolista assume outras funções, influenciando continuamente a reprodução da força de trabalho (PASTOR & BREVILHERI, 2009).

A fase monopolista é marcada pelos princípios e postulados keynesiano-fordista, que posteriormente dá base para o Estado Social – também conhecido como *Welfare State* – com experiências particulares a depender das características de cada país e que foi mais progressista no atendimento aos direitos sociais.

O Estado Social consolidou-se no segundo pós-guerra nos países capitalistas do ocidente e tinha como regime de produção o Fordismo, que foi iniciado nos Estados Unidos pelo empresário Henry Ford e se configurou como um círculo virtuoso de produção e consumo de massas, regido pelo keynesianismo como modo de regulação.

O keynesianismo-fordismo funcionou como um modo de regulação que servia de suporte a acumulação capitalista, além de um modo de sociabilidade e coesão social. De tal forma, do ponto de vista econômico e político, o fordismo, associado ao keynesianismo, qualificou o Estado capitalista como sendo Social. Do ponto de vista social, cabe considerar as lutas travadas pela classe trabalhadora e a ameaça socialista.

Assim, as transformações que o capitalismo passou a partir da segunda metade do século XX, desdobraram-se em um novo posicionamento das autoridades econômicas dos países desenvolvidos em relação ao padrão de intervenção do Estado. Relaciona-se ao compromisso político dos governos com o pleno emprego e com a ampliação dos direitos sociais.

Houve um grande empenho das forças sociais e dos governos em promover o crescimento e desenvolvimento econômico a fim de evitar a repetição da grande depressão mundial ocorrida na década de 1930 e o avanço da ameaça socialista. Dessa forma, o Estado Social consiste em um modelo estatal de intervenção que implantou e implementou sistemas de proteção social.

Com efeito, com a ampliação da cidadania conquistada por setores organizados da sociedade, o *Welfare State* adotou a configuração social-democrata e admitiu políticas sociais que buscavam não somente zelar pela ordem social estabelecida, punir a “vagabundagem”, ou se deixar reger, livremente, pelo mercado (*laissezfaire*), mas também prestar serviços e benefícios como direitos. Esse período foi marcado pelos melhores momentos da política social como um instrumento de concretização dos

direitos sociais, entretanto, pelo fato de ser contraditória, também passou a responder aos interesses do capital (PEREIRA, 2008).

Nesse cenário, há uma mudança nas relações entre o Estado e a sociedade, onde o processo de regulação social atribui ao Estado uma relação indispensável com a sociedade. O Estado pode configurar-se, a depender da correlação de forças, um agente de dominação que é, segundo com a concepção de Marx, responsável pela garantia de uma estrutura de classes e, por isso, no capitalismo, o bem-estar é incompatível com as condições burguesas de exploração do trabalho pelo capital. (PEREIRA, 2008).

Assim, desde então, o Estado, em sua relação com a sociedade, é uma junção de forças econômicas e extra-econômicas que operam dentro e fora do aparelho estatal visando a satisfação de interesses de classes contraditórias entre si.

Entre os anos 1945 e 1973, a ação estatal nesses países propiciou que esses sistemas de proteção social se expandissem e consolidassem. Assim, deixava-se de lado a idéia de que o Estado deveria preocupar-se apenas com o amparo dos mais pobres, sem interferir no cotidiano de todos. Com a criação de tais mecanismos de *Welfare State*, a proteção social – que até então tinha um caráter emergencial e individualizado – passa a constituir uma maneira de regulação das relações sociais, permitindo, por um lado, a inserção dos excluídos, temporária ou estruturalmente, ao funcionamento dos mercados e, por outro lado, passa a contar com elementos que dinamizam a acumulação capitalista.

Dentre os ganhos sociais nesse período estão: a criação de políticas sociais universais, a ampliação do emprego e da renda e o trabalho regulamentado.

A ação estatal nesses países permitiu a expansão e consolidação dos sistemas de proteção social denominados de *Welfare State*, através dos quais o Estado passava a redefinir um padrão de regulação das relações sociais e de trabalho, deixando de lado a ideia antecessora de que o Estado deveria preocupar-se apenas com o amparo dos mais pobres (...) Com a constituição dos mecanismos de *Welfare State*, a proteção social deixa de ter um caráter emergencial e focalizado e passa a constituir uma forma de regulação das relações sociais que, se por um lado introduz elementos de intervenção estatal no “livre” funcionamento dos mercados (inclusive de trabalho), permitindo aos excluídos (temporária ou estruturalmente) manterem-se como consumidores, por outro lado passa a contar com elementos que dinamizam a própria acumulação capitalista, tornando-se um fator funcional para incentivar o investimento privado (SILVA; MATTOS, 2009, p. 136)

Esse movimento do capitalismo regulador começou a apresentar sinais de desgaste ainda na década de 60, quando houve abalo nas estruturas de poder e nas políticas sociais. A socialdemocracia passa a perder força em razão da dificuldade das políticas

sociais em atender aos novos valores da sociedade. Assim, o fortalecimento do discurso neoliberal e a progressiva generalização de governos e/ou políticas macroeconômicas de base conservadora, acabaram deixando os sistemas de *Welfare State* em perigo.

Dessa forma, a crise do Estado de Bem-Estar pode ser compreendida como a junção de diversos fatores que se desdobraram em níveis micro e macroeconômicos, tornando difícil a relação entre a política econômica e a social. Os compromissos políticos com o pleno emprego e a ampliação dos direitos sociais que prevaleceram foram abandonados após a década de 1970 (BARUCO, 2005).

Abordar sobre o capitalismo monopolista implica em compreender que, apesar das contradições do Estado, foi uma fase mais permeável e com ampliação dos direitos sociais, permitindo uma relação mais ampliada entre Estado e sociedade, sendo um avanço em relação à fase concorrencial.

1.1.3. O CAPITALISMO MONOPOLISTA FINANCEIRIZADO E O ESTADO DE FACE NEOLIBERAL

Com o forte crescimento econômico do século XIX, surgiu o capitalismo monopolista financeirizado, fase presente até os dias atuais. Consiste em um sistema econômico que tem como característica principal a dependência dos meios de produção para a acumulação de capital e obtenção de lucros através do mercado financeiro. É uma fase marcada por forte presença de empresas monopolizadoras; busca de lucros expressivos; fortalecimento da bolsa de valores; surgimento de transnacionais, entre outras.

O processo de concentração e centralização de capitais foi brutal, gerando crescimento de diversas indústrias e empresas. Tal período ficou marcado pela prática de monopólios e oligopólios a fim de garantir hegemonia no mercado.

Inicialmente restrito aos Estados Unidos e Europa, foi abrindo cada vez mais espaço através do mercado de capitais, venda de ações em bolsas de valores e formação de corporações. O fato de não ser possível diferenciar o capital monopolista do capital bancário, trouxe a idéia de capital monopolista financeirizado, já que os bancos, além de participarem ativamente na economia, também tem papel intervencionista.

Nessa conjuntura, o Estado adere ao modelo neoliberal como consequência da crise do fordismo, nos fins dos anos 70, com uma nova dinâmica de regulação econômica e social. De acordo com os neoliberais, a expansão dos gastos sociais gerou tanto a crise do Estado de Bem-Estar Social, quanto uma crise fiscal do sistema capitalista. Como

forma de reverter a crise, os neoliberais buscaram a premissa liberal clássica da existência de uma mão invisível que conduziria a sociedade, sem maiores interferências do Estado. Na lógica dos neoliberais, o Estado deve intervir de forma mínima.

Efetivamente, o que ocorre no regime capitalista é que, sempre que surge uma crise econômica, os primeiros cortes ocorrem nas políticas sociais, demonstrando que apesar de fundamentais, elas estão a mercê da adequação do Estado (PACHECO, 2013). Tal ato traz como consequências o prejuízo dos direitos sociais e abandono dos pobres.

Dessa forma, de acordo com Pereira (2010, p.6), o neoliberalismo passou a privilegiar: A liberalização e flexibilização do mercado; A redistribuição da renda em favor do lucro; A desoneração dos governos com a proteção social; A adoção de políticas monetárias como reguladoras do equilíbrio macroeconômico; A redução da carga de impostos incidentes sobre as classes de rendas mais altas. Esta redução era acompanhada da diminuição do gasto público e a organização pós-fordista do trabalho, em substituição à organização fordista da era keynesiana.

Tais fatores permeiam, portanto, o mercado de trabalho na contemporaneidade. Essa reestruturação no mundo do trabalho gerou despolitização dos trabalhadores e enfraquecimento de sua organização enquanto classe.

A queda do comunismo na União Soviética e no leste europeu consagrou o neoliberalismo como modelo hegemônico (ANDERSON, 2003 *apud* PACHECO, 2013). De todas as reformas impostas pelo Neoliberalismo, a mais grave ocorreu em relação à Política Social, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento.

A derrota comunista e o avanço das idéias e políticas dos novos liberais para o Leste Europeu e mesmo, já hoje mais recentemente, para os países da Ásia, tem dado ao pensamento neoliberal condições sem precedentes de que jamais o liberalismo gozou, de uma ideologia que consegue ser quase universalmente hegemônica (FRIORI, 2000, p.215).

A política social não foi extinta, mas reestruturada institucionalmente e reorientada ideologicamente de modo a adaptar-se a ideologia conservadora. Dessa maneira, a política social já não se guiava pelos padrões universais. No lugar da política social universal é imposta a política social focalizada na pobreza, orientada por uma “avaliação dos atributos pessoais (os mais aptos, os realmente pobres, os mais pobres entre os pobres) e morais (aqueles que ‘devem’ receber a assistência)” (IVO, 2001 *apud* PACHECO, 2013).

Com isso, fez-se acreditar que os problemas sociais, que são estruturais, decorrem de falhas de caráter do pobre, cercando-o de estigmatização. O pobre, por ser em geral subalternizado e não engajado no cenário político, acaba por receber o mínimo dos benefícios públicos – isso quando os recebe.

As determinações neoliberais transformaram a maneira como o Estado deveria posicionar-se diante das demandas, principalmente relacionadas à garantia de condições para a acumulação e reprodução do capital, caracterizando-o como Estado *Schumpeteriano*².

Com o objetivo de dar continuidade às políticas sociais e econômicas schumpeterianas, houve a substituição do *welfare* – bem-estar incondicional – pelo *workfare* – atendimento social em troca de qualquer trabalho. Dessa forma, o sujeito vê-se obrigado a trabalhar sob quaisquer condições, por vezes em situações precárias e insalubres, para ser beneficiário.

Nesse sentido, o uso do *workfare* comprova que o Estado não mais se compromete em encontrar soluções para os pobres e desempregados, mas o sistema capitalista em seu conjunto que deverá resolver de forma rápida e dispendiosa a dependência destes em relação ao Estado (PEREIRA, 2009).

O Estado neoliberal possui diversas faces e uma delas é o Estado penal, em que há em sua centralidade o debate acerca da redução da maioria penal, por exemplo. Abordar tal fase é de fundamental importância visto que o Estado neoliberal penal constitui um ataque à perspectiva progressista até então presente na fase monopolista, tendendo a resgatar os princípios do liberalismo e, por isso, defende posturas regressivas, conforme veremos a seguir.

1.2. A CONFIGURAÇÃO DO ESTADO PENAL

Na conjuntura neoliberal difundida pelos países centrais, como Inglaterra e EUA, o Estado começou a ser reestruturado, entrando numa transição de uma perspectiva social para uma anti-social. Como uma expressão desse anti-social vivencia-se, segundo Wacquant (1998), o Estado penal.

Com efeito, o processo referente à transição de um Estado Social para um Estado Anti-Social vai além da dicotomia proteção *versus* punição. Tal processo constitui a

² De acordo com Joseph Schumpeter (1883 – 1950), o Estado Schumpeteriano e do regime social pró-trabalho, tende a combinar com as variáveis pós-fordistas.

chamada crise sistêmica, onde há uma crise de todas as dimensões do sistema capitalista.

O conceito de Estado penal foi posto por Loïc Wacquant³, que questiona as estratégias de esvaziamento das ações de proteção social do Estado no contexto neoliberal e a emergência do Estado penal. O ideário neoliberal, por sua vez, configura, entre outros aspectos:

Um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda e de outro lado, um Estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas; forte disciplina orçamentária visando à contenção de gastos sociais e restauração de uma taxa natural de desemprego, com a recomposição do exército industrial de reserva; reforma fiscal, diminuindo impostos para os rendimentos mais altos e o desmonte dos direitos sociais, implicando quebra da vinculação entre a política social e esses direitos, que compunha o pacto político anterior (BERHING, 2009, p. 309).

Desde os anos 80 do século XX, é notória a emergência do Estado penal em detrimento de um Estado social (WACQUANT, 2008). Especificamente a partir dos anos 90 houve nos EUA a retração da rede de segurança social, com cortes orçamentários nas políticas sociais, em particular nas que garantem os direitos fundamentais, e o deslocamento de recursos para a segurança pública, revelando o viés repressivo e punitivo do governo norte-americano (WACQUANT, 2008).

Para o autor, nesse período as classes dominantes se voltaram à lógica neoliberal, pressionando por transformações no âmbito do Estado às quais expressam a “remoção do Estado econômico, o desmantelamento do Estado social e o fortalecimento do Estado penal” (WACQUANT, 2008, p. 96). Ou seja, a emergência do Estado penal, em detrimento do Estado social, situa-se no contexto da crise do capital, afetando todas as instâncias da vida social.

Tem-se, assim, nesse misto de coerção e proteção que permeia, sob diferentes formas, intensidades e complexidades, todos os tipos de Estado, a presença insofismável da *contradição*, isto é: da contradição como fator responsável pela impossibilidade de o poder estatal ser exclusivamente *bom* ou *mau*, *positivo* ou *negativo*, em qualquer contexto e momento histórico. Na verdade, o Estado, assim como a política, pode ser considerado positivo e negativo ao mesmo tempo, dependendo da dinâmica estrutural em vigência e da correlação de forças em presença. (PEREIRA, 2009, p.2)

O consentimento e a cooperação de setores da sociedade têm a mesma relevância que a repressão do Estado, que só pode exercer seu papel por ter apoio de tais setores da

³ Sociólogo francês radicado nos EUA. Estuda a segregação racial, a pobreza, a violência urbana, a desproteção social e a criminalização na França e nos EUA no contexto do neoliberalismo.

sociedade e é rotulado como *bom* ou *mau*, *positivo* ou *negativo*, já que o exercício do poder estatal não se dá de forma isolada. O Estado pode ser visto como um espaço de conflitos de interesses, onde a relação com a sociedade se dá de maneira dialética e contraditória. Dessa maneira, pode-se observar que o caráter coercitivo do Estado é gerido nas relações econômicas e políticas de exploração do trabalho pelo capital e na luta da burguesia pelo poder e lucro.

É com base nessa formação que, em pleno século XXI, a figura do homem no Estado passou a ser condição primária nos conceitos de justiça e direitos. Nessa lógica e através de estudos históricos, esse cenário pode ser dicotômico, onde por um lado, os direitos são aplicados como instrumentos de libertação e, por outro lado, são tidos como instrumentos de manipulação.

No atual contexto, o Estado como garantidor ao mesmo tempo de novas estratégias de acumulação capitalista e de direitos, acaba por exarcebar seu caráter anti-social e coercitivo. Logo, a instituição de um Estado Penal reforça a lógica de responsabilização individual dos indivíduos, que acabam por perder condição de sujeitos de direitos. É nesse cenário contraditório entre a garantia e a restrição de direitos, que o presente projeto busca apresentar o processo de construção dos direitos da criança e do adolescente – sujeitos que estão inseridos nesse espaço contraditório.

Os adeptos do neoliberalismo condenavam a prática paternalista e assistencialista que era empregada pelo Código de Menores de 1979 – doutrina da situação irregular – não em prol do bem-estar e da proteção de crianças e adolescentes, mas sim como um mecanismo de minimizar o papel do Estado no enfrentamento de situações sociais que vitimizavam o público infanto-juvenil.

Dessa forma, segundo Wacquant, (2001), criminalizar a pobreza e a miséria relaciona-se com a insegurança social ocasionada pela não socialização do trabalho assalariado, sendo retrocessos nas proteções coletivas e mercantilização nas relações humanas.

2. A CONFIGURAÇÃO DO ESTADO CAPITALISTA NO BRASIL

O processo de colonização entre os séculos XVI e XIX serviu à acumulação de capital nos países centrais, não alterando significativamente na relação de subordinação e dependência ao mercado mundial, mas oferecendo um sentido geral da formação brasileira. O capitalismo possui sua própria história, que é produto de transformações operadas ainda no âmbito da ordem feudal. A partir do momento em que se impôs, instaurou mecanismos e dispositivos de desenvolvimento que lhe são peculiares.

Ao longo da história, o capitalismo não só transformou-se e moveu-se, como permanece em constante transformação e movimento, graças ao rápido e intenso desenvolvimento das forças produtivas. A evolução do capitalismo é, portanto, produto da interação, da intercorrência do desenvolvimento de forças produtivas e, entre outros, de processos sociopolíticos e culturais que envolvem as classes sociais. As interações entre esses vetores também se alteram no curso do desenvolvimento do modo de produção capitalista (BRAZ; NETTO, 2011, p.179).

O desenvolvimento desigual e combinado⁴ caracteriza a análise do Brasil. A adaptação do Brasil ao capitalismo se deu pela lenta substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, em uma articulação entre o “progresso” e a conservação. A partir da Independência do Brasil, foram criadas condições para o surgimento da lógica burguesa, ainda que não em toda a sua plenitude. Criou-se uma situação de mercado voltada para a exportação, gerando uma ordem legal e política de controle de dentro, com produção e consumo de fora. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 75)

Assim sendo, em um processo de transição marcado pelo movimento do mercado mundial e pela adaptação do sistema colonial aos novos tempos, dá-se a entrada brasileira no capitalismo. Houve uma consolidação conservadora da dominação burguesa brasileira e foi marcada pela repressão, o que

(...) faz com que a intolerância tenha raiz e sentido políticos; e que a democracia burguesa, nessa situação, seja de fato uma democracia restrita, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa (FERNANDES, 1987, p. 2012).

Dessa forma, as marcas de formação do Brasil são de origem colonial, com economia de base agroexportadora e relações sociais marcadas pela exploração do trabalho.

⁴ LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Artigo publicado na revista *Actuel Marx*, 18, 1995. Tradução de Henrique Carneiro.

Com base nas particularidades de formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil, não é possível equiparar o desenvolvimento do capitalismo nos países centrais com o Brasil, mas o que se pode afirmar são os traços típicos de uma nação periférica e heteronômica. Tais características são reflexos de que o capitalismo sempre foi percebido e dinamizado socialmente pelas classes dominantes, de acordo com seus interesses classistas, regidos por um modelo particular de liberalismo econômico.

Entre as décadas de 1910 e 1920, o Estado buscava intervir na “questão social” no que se referia, basicamente, à restrição – em diversos aspectos. Antes de 1930 implanta-se o “liberalismo brasileiro às avessas”, sob hegemonia incompatível com o ideal liberal do “trabalhador livre”. Entre meados dos anos 1950 e início dos anos 1960, os esforços de mobilização e conquistas sociais caracterizam um período marcante de organização de vários segmentos das classes subalternas. Entretanto, seu aprofundamento termina sendo inviabilizado “preventivamente” devido ao golpe de 1964, de forma que as medidas eram de alcance restrito e não universalizáveis (SANTOS, 2008).

Em 1964 foi instaurado o golpe militar, que excluiu rapidamente do processo político aqueles setores reformistas, interrompendo o avanço da democracia no país a pouco conquistado. Em 1967, foi elaborada uma nova Constituição, que estabeleceu distintas diretrizes para a vida civil. A presença autoritária do Estado, a restrição à liberdade de opinião e expressão, os recuos no campo dos direitos sociais, foram alguns dos resultados da nova ordem trazida pelo golpe.

Com a centralização do poder estatal e a ampliação dos espaços de intervenção surgiu uma crise de governabilidade⁵, que assume particularidades no Brasil devido a diversas variáveis: esgotamento do modelo econômico; crescimento da dependência externa; esgotamento do poder de tributação do Estado; crescimento do corpo funcional do Estado; perda de credibilidade por parte dos governantes e, entre outras, a revolução tecnológica.

No Brasil, tal crise de governabilidade se deu em meio a um amplo conjunto de crises, tanto de caráter econômico quanto político.

Na conjuntura nacional da década de 1980, o Brasil vivia um clima de efervescência com o processo de transição político-democrático, com o (novo) sindicalismo, com o movimento das “Diretas-já”, com o movimento pela

⁵ Tal crise é entendida como uma capacidade do governo reduzida em “estabelecer regras claras de participação política e econômica, de administrar os conflitos entre os atores sociais, de ser obedecido e reconhecido pelos cidadãos, de prestar os serviços considerados pertinentes e de fornecer os bens reivindicados pela sociedade.” (NASCIMENTO, 1997, p. 20)

anistia e com as lutas por direitos trabalhistas, sociais, políticos e civis. (SILVA, 2005, p.31).

De tal forma, assume-se que a história do capitalismo é decorrente de uma sucessão de crises econômicas. Afirmar isto é possível com base nos argumentos de Netto e Braz (2011, p. 167), de que “a crise é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise”.

A crise pode ser detonada por incidente econômico ou político qualquer (a falência de uma grande empresa, um escândalo financeiro, a falta repentina de uma matéria prima essencial, a queda de um governo). Bruscamente, as operações comerciais se reduzem de forma dramática, as mercadorias não se vendem, a produção é enormemente diminuída ou até paralisada, preços e salários caem, empresas entram em quebra, e o desemprego se generaliza e as camadas trabalhadoras padecem a pauperização absoluta. (NETTO, BRAZ, 2011, p. 169).

Os anos de 1980 configuram um período de democratização no país, que vinha sendo construído desde a década de 70 através da campanha *Diretas Já* e das diversas mobilizações populares. A democracia passou, gradualmente, a ser entendida não apenas como um conjunto de regras de participação na vida pública, mas como um processo de construção de direitos.

Com efeito, a totalidade de particularidades da formação social brasileira formata o desenvolvimento do capitalismo num escopo antidemocrático, o que implica num trato predominantemente repressivo às manifestações da questão social – como é o caso dos adolescentes em conflito com a lei. Ou seja, se a regulação do trabalho era restrita, a repressão permanece universal, atingindo, nas suas variáveis formas, a parcela da população que não tem acesso à cidadania regulada.

A repressão e os traços antidemocráticos predominantes no trato da “questão social” no Brasil não possuem apenas determinantes endógenos, referidos à cultura política das classes sociais. Eles remetem exogenamente, às engrenagens do processo de acumulação internacional de capital, ao possibilitar baixos níveis de organização política e altos níveis exploração do trabalho (SANTOS, 2008, p. 116).

Ao longo do processo de constituição do capitalismo no Brasil, a conjuntura da chamada “industrialização pesada” (SANTOS, 2008) foi determinante na aquisição das características e nesse período se completa o processo do capitalismo retardatário brasileiro.

Tal processo configurou-se, no Brasil, a partir das características como a intensa intervenção estatal, a associação entre os capitais nacional e internacional, conformando um padrão de desenvolvimento que seria colocado em xeque ao final dos anos 1970 e, especialmente na década de 1980. Assim, implantou-se uma nova estrutura industrial

com base nas indústrias mecânicas, com repercussões não apenas do ponto de vista de mudanças na composição do capital constante, como, também, do capital variável, o que implicou tanto num crescimento significativo da classe operária quanto em mudanças na estruturação do mercado de trabalho.

De tal forma, se flexibilidade e precariedade costumam aparecer interligadas à fase de acumulação flexível do capital, no Brasil não é possível considerá-las sem que sejam, antes, situadas como características do “fordismo à brasileira” (SANTOS, 2008). Nesse processo, a organização dos trabalhadores foi abalada pela tradição escravista e ausência de organizações dos trabalhos livres.

Os processos de “revolução passiva” e “modernização conservadora” legaram ao regime político brasileiro, uma característica “excepcionalidade democrática” (...) como “uma forte dissociação pragmática entre capitalismo e democracia”. Esse traço tem consideráveis implicações sob as formas predominantes de relação entre capital e trabalho no Brasil não somente por limitar a organização sindical autônoma dos trabalhadores, mas por alimentar, nessa relação, uma “cultura autoritária” (SANTOS, 2008, p. 203).

Assim, é possível compreender que a luta de classes, na maior parte do tempo, esteve enquadrada por regimes políticos antidemocráticos, onde o paternalismo e o mandonismo fizeram e fazem-se presentes na constituição ideo-política das classes subalternas brasileiras, sustentando a cultura da dependência e do favor.

Com a emergência da democracia, houve a organização e a luta da sociedade para instaurar um modelo de Estado de cunho social e democrático, que foi estabelecido pela Constituição Federal de 1988.

A Constituição de 1988 resultou dessa luta pela construção de um Estado Democrático onde se assegurasse o exercício dos direitos humanos fundamentais. Formalmente, ela cumpre integralmente esse objetivo (SILVA, 2011, p. 178-179 *apud* SANTOS, 2013).

Assim sendo, a sociedade brasileira foi denominada como transicional: de transição entre o regime ditatorial e o regime democrático. Até o período da Nova República, a história da república brasileira pode ser vista como ampliação da presença e intervenção do Estado na sociedade gerada por diversas ideologias e movimentos sociais. Dessa forma, os espaços públicos e privados na sociedade foram redefinidos. O Brasil conheceu, entre meados dos anos 70 e final dos anos 80, distintas etapas do processo político: liberalização, inflexão, democratização e a consolidação democrática. (NASCIMENTO, 1997 p.11)

A transição democrática que ocorreu no Brasil busca formatar um Estado de Direito democrático, que dará base para a perspectiva educativa sobre os direitos referentes às

crianças e adolescentes. Neste processo cabe destacar a importância de marcos legais como a Constituição Federal de 88 e o ECA.

Com o surgimento e implementação do ECA em 1990, o fenômeno não mais se tratava como “situação irregular”⁶, mas apresenta as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Pode-se destacar a grande mudança quanto ao enfrentamento à violência. Enquanto nos EUA e na Europa era implantado o projeto neoliberal que viria a limitar os direitos até então conquistados, a sociedade brasileira buscava a democratização do país e o reconhecimento de sua cidadania.

Considerando o discurso apresentado, a fusão entre o Estado e a nação aconteceu historicamente antes da emergência efetiva do problema da democracia, ou seja, foi possível, em determinado momento, pretender dar ao desafio nela contido, uma resposta liberal – ou até conservadora e autoritária – alheia e mesmo hostil diante da dimensão social da nação e da cidadania.

2.1. A CONJUNTURA NEOLIBERAL, A VIOLÊNCIA E A CONFIGURAÇÃO DO ESTADO PENAL BRASILEIRO

Com efeito, entre os anos 1980 e 1994, o Brasil passou por diversas crises econômicas, políticas e sociais. Diante disto, para compreender a relação entre Estado e sociedade nos anos 90 é necessário considerar essa complexa transição estrutural. Os anos 90 foram marcados pelo processo de implantação do neoliberalismo e pela reforma ou a reconstrução do Estado. Enquanto a massa popular se mantinha tranqüila em relação aos direitos conquistados, era instaurado um novo modelo econômico, o que tornou a Constituição Federal de 1988 um alvo do grande capital.

O responsável pelo início desse processo foi Fernando Collor de Mello – primeiro presidente eleito pelas diretas. Implementação neoliberal com privatizações, maior abertura da economia para o capital exterior, incentivo à responsabilidade social da sociedade civil e do setor privado, intensificação de organizações não governamentais e de organizações filantrópicas e a descentralização do papel dos três entes federativos no âmbito social, foram algumas das agendas executadas pelo presidente.

Nessa perspectiva, as políticas sociais assumiram como características principais a descentralização, a focalização e a privatização. Ou seja:

O cenário social contemporâneo, a gestão da questão social assume novas dimensões no contexto da redução das ações reguladoras do Estado e

⁶ Este termo será retomado e explicado no capítulo 2 deste trabalho.

encolhimento das funções sociais. Mais ainda, em nome do fortalecimento da sociedade civil e do estímulo às iniciativas autônomas, comparece com grande força o discurso da solidariedade que, no âmbito da crise do Estado contemporâneo, ganha contornos de desresponsabilização com as políticas sociais e repasse da sua execução para organizações não governamentais, além da privatização de um conjunto de serviços públicos, que passam a ser intermediados pelo mercado (RICHELLES, 1998, p.117).

Assim, o Estado Democrático recém conquistado nos anos 80, que parecia pôr fim às mazelas sociais do país e contava com grande participação dos movimentos sociais, foi desestruturado pelo projeto neoliberal inaugurado, que se mostrou tão autoritário quanto à administração dos governos anteriores. A partir do processo de globalização, surge uma sociedade individualista, em que o medo e as incertezas atingem os últimos traços de cidadania, aumentando, significativamente, a violência urbana.

Dessa maneira, o neoliberalismo representou um retrocesso nos direitos sociais, por propor o enxugamento do Estado na execução das políticas públicas. Estas, por sua vez, passam a ser orientadas e subordinadas aos interesses do grande capital que transfere a responsabilidade de executá-las para a sociedade civil e para o terceiro setor, desresponsabilizando, assim, o Estado na condução das políticas sociais e anulando o caráter de direito das mesmas, que passam a ser vistas como um favor (PASTORINI, 2002; SOARES, 2002).

É uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia. (NETTO, 1995, p.77)

O reflexo das políticas neoliberais e a globalização que se tem observado nas últimas décadas aumentaram a violência. Tal aumento pode ser visto sob o ângulo da resistência contra o Estado. Isso se dá porque o neoliberalismo e a globalização criaram um mundo de medos e incertezas que os tradicionais movimentos sociais não encontram força para mobilização.

A vida social, em todas as formas que conhecemos na espécie humana, não está imune ao que se denomina, no senso comum, de violência, isto é, o uso da força física de indivíduos ou grupos contra outros. (...) Vê-se que, de início, associa-se a idéia de poder, quando se enfatiza a possibilidade de imposição de vontade, desejo ou projeto de um ator sobre outro (VELHO. 2000. p. 11).

O impacto da violência tem estimulado pesquisas, principalmente no âmbito das ciências sociais, quanto às causas desse crescimento. Sérgio Adorno (2002, p.16) apresenta três bases para tal crescimento: mudanças na sociedade, nos padrões convencionais de delinquência e violência; crise do sistema e justiça criminal;

desigualdade social e segregação urbana – esta supõe, em um primeiro momento, a pobreza.

Silva (2010)⁷ aponta que enquanto produto da desigualdade social, a violência é um fenômeno presente em toda sociedade capitalista, tendo como maiores vítimas as crianças e adolescentes, pobres e negros, principalmente aqueles em conflito com a lei por serem violentadores e violentados, respondendo violentamente por estarem inseridos em uma sociedade com ausência de políticas públicas.

A situação dos adolescentes em conflito com a lei se constitui como uma das expressões mais violentas e terminais da questão social que afeta diretamente os direitos humanos desses sujeitos, pois, além deles estarem privados de liberdade também estão privados de direitos. Na base desse ciclo de violências está a questão social que é incrementada pela desigual relação entre capital e trabalho, pelo mercado mundializado, pela flexibilização e terceirização das relações de trabalho, pela desregulamentação das legislações de proteção social e pela reforma do Estado, aliada as políticas de corte dos gastos sociais (SILVA, 2010, p. 29).

Aqui se tem um Estado fortemente inclinado para as demandas do capital, com baixa regulamentação do trabalho, principalmente para os trabalhadores do setor informal. Nesse cenário há um baixo sistema de proteção social, relações de mando e dominação que implicam numa classe trabalhadora menos organizada política e ideologicamente, o que permite relações de exploração e alienação mais acentuadas, longe dos moldes do Estado social Europeu, o que implica em um trato repressivo aos direitos da criança e do adolescente – realidade que dá mais ênfase a perspectiva repressiva e punitiva do que a educadora, no que tange a penalização de jovens.

Enquanto representação, a violência assume um caráter negativo e associado à criminalidade. No contexto brasileiro, a generalização e ampliação do sentimento de medo e insegurança estão ligadas, por um lado, ao aumento real nas taxas de criminalidade das cidades brasileiras a partir de 1980 (CALDEIRA, 2003; ADORNO, 1998; COELHO, 1988). Por outro lado, tal crescimento está ligado ao aumento da violência de modo geral que ocorre no período da redemocratização (CALDEIRA, 2003).

Durante a redemocratização poderíamos sugerir que, por meio da questão da punição violenta e do crime, os brasileiros articulam uma forma de resistência às tentativas de expandir a democracia e o respeito pelos direitos além dos limites do sistema político. No contexto da transição para a democracia, o medo do crime e os desejos de vingança privada e violenta vieram simbolizar a resistência à expansão da democracia para novas dimensões da cultura brasileira, das relações sociais e da vida cotidiana (CALDEIRA, 2003, p. 375).

⁷ Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas, v. IX, n. 9, Jul. 2010.

Desta maneira, este sentimento de medo e insegurança sem objeto definido está, de fato, presente nas cidades, de modo que essa atmosfera e o discurso que procura lhe dar sentido parecem orientar as práticas voltadas ao controle do crime e ao sistema repressivo. A criminalidade, ou aqueles envolvidos em atos criminais, acaba assumindo, assim, a forma de objeto para a insegurança, o que justifica a reivindicação de aumento na severidade e rigidez neste contexto.

Uma pesquisa de opinião pública realizada pelo Data Senado⁸ no ano de 2007 acerca da violência no Brasil, mostra que 87% dos entrevistados são favoráveis a redução da maioria penal⁹. A alta porcentagem de favoráveis reflete o destaque atribuído aos adolescentes no atual cenário da criminalidade urbana. Neste sentido, com vistas a conter o crescimento da criminalidade, tem se realizado no Brasil um controle violento da ordem pública, com uso exagerado das forças policiais repressivas.

Muitas vezes, sob pressões da ‘opinião pública’, as políticas públicas de segurança formulam diretrizes às agências policiais no sentido de conter a violência a qualquer custo, mesmo que para isso seja necessário comprometer vidas de indivíduos suspeitos do cometimento de crimes (ADORNO, 1998, p. 171).

Essa tendência observada na população brasileira está em consonância com os diagnósticos realizados por certos sociólogos que apontam para um deslocamento que estaria ocorrendo desde a década de 70 nas concepções referentes ao crime e o sistema penal. Dessa forma conclui-se que a direção dada ao tratamento destas questões é para o aumento da severidade no controle do crime e na punição por meio do aumento do policiamento e seu caráter repressivo; maior encarceramento; e a aplicação de penas mais rígidas.

Tal direcionamento é inteiramente oposto àquele existente até a década de 70 que – com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 – preservava o ideário iluminista da recuperação e ressocialização dos indivíduos presos e tinha como preocupação o melhoramento das condições nas prisões. Wacquant (1998) e Bauman (1999) interpretam essa mudança como resultado de uma nova política de Estado para governar a população pobre e jovem ou inassimilável no contexto da globalização.

A conjuntura neoliberal atual do Brasil aponta para um Estado Penal com implicações diretas para os direitos sociais. A crise contemporânea do capital¹⁰ tem

⁸ BRASIL, Senado Federal, 2007.

⁹ A pesquisa foi realizada por telefone com 1068 pessoas com idade igual ou maior de 16 anos em 130 municípios localizados em 27 Estados brasileiros, nos meses de março e abril de 2007.

¹⁰Para Mota (2008, p. 66-67), a crise se caracteriza do ponto de vista econômico como “produto do esgotamento do padrão de acumulação, baseado na produção e no mercado de consumo de massa”, e do

deixado marcas profundas nas sociedades capitalistas, principalmente em países como o Brasil, com histórica e profunda desigualdade social.

Tal crise afeta a classe trabalhadora e as parcelas sociais subalternas e inseridas precariamente no mercado de trabalho, tanto pelo desemprego e avanço do trabalho em condições precárias, quanto pela crescente violência e criminalização dos indivíduos não funcionais ao capital – em sua maioria, jovens pobres e negros e a população de rua.

O conceito de criminalização é o ato de imputar crime ou o ato de tomar como crime a ação ou as ações de determinados grupos sociais (FERREIRA, 1995, p.187). Atualmente, a criminalização e o estigma admitem contornos raciais e étnicos, na medida em que jovens pobres e negros e a população de rua são tidos como ameaça para a propriedade privada e para a reprodução do capital.

No Brasil, as estatísticas do IBGE indicam índices alarmantes de pobreza. Por um lado, setores dominantes associam a prática de delitos à pobreza, principalmente no que se refere ao tráfico de drogas, que tem sido claramente associado às favelas e seus moradores. Por outro lado, a criminalização dos pobres não constitui nova estratégia, basta recordar de legislações – como a lei dos pobres – que expressam as formas de controle dos pobres.

Neste cenário, o Estado opta pelo aparato policial no sentido de conter as “classes perigosas”. A pobreza foi entendida e vista como um sinônimo de “vadiagem”, de “amoralidade” e de qualquer outro elemento vinculado à delinquência e à criminalidade (COIMBRA, 1998, apud BARROS, 2008, p. 143).

Dessa maneira, as expressões da questão social geram respostas nitidamente neoliberais, que não voltam sua atenção para a proteção social, emancipação e autonomia humana, mas reforçam a criminalização das relações sociais, sobretudo, da responsabilização penal das crianças e adolescentes pobres. Tanto Wacquant (1999) quanto Batista (2001), apresentam que o neoliberalismo destruiu o Estado de Bem Estar enquanto providência, substituindo-o por um Estado Penal, de penitência.

Nesse contexto e no âmbito da segurança pública, é configurado o Estado Penal “como forma de enfrentamento das expressões da questão social” (WACQUANT apud BEHRING, 2009, p. 173). O Estado Penal Neoliberal intensifica ações de marginalização social e econômica, de caráter penalizador.

ponto de vista político, como uma “crise orgânica”, na medida em que os “esgarçamentos das ideologias dos projetos sociais operam refrações sobre as formas de superação da crise”.

Por Estado penalizador, os estudos e pesquisas procuram mostrar as dimensões atuais dos efeitos da globalização nas segregações, confinamentos e extermínios de populações pobres, adulta, juvenil e infantil (PASSETTI, 2003, p. 170).

O Estado Penal se dá em virtude da degradação das relações sociais em decorrência de formas de trabalho precárias e indignas, estabelecidas pelo Estado Neoliberal. O fortalecimento do Estado Penal e a ausência do Estado Social, que estabeleça políticas sociais eficazes para o enfrentamento das questões sociais, se evidenciam, como uma forma errônea de enfrentamento das expressões da questão social na contemporaneidade.

Ainda que a Constituição Cidadã exista há vinte e sete anos, o Brasil – país de capitalismo tardio – apresenta um grande déficit na efetivação de seus preceitos fundamentais. Tanto em âmbito federal como estadual, observa-se o descumprimento na produção normativa orientada pelo discurso penal de emergência, na atuação abusiva e violadora do aparato policial, nas precariedades do sistema penitenciário, entre outros.

A expansão de doutrinas conservadoras e repressivas em relação ao sistema penal se dá através da sensação pública de medo e insegurança. Sendo assim, o Estado Social se vê ameaçado pelo Estado Neoliberal Penal, em que há a busca pela segurança em lugar da busca pela liberdade.

Com isso, há a política de despolitização, que enaltece o individualismo; a multiplicação das desigualdades sociais e a reificação¹¹ da humanidade. Logo, com o avanço do capital, o Estado Social tende a tornar-se o Estado Penal através da criminalização da miséria, onde se dissemina o medo do crime e do outro. Direciona-se, principalmente, ao medo do negro pobre, o caráter repressivo dos atuais Movimentos de Lei e Ordem¹². Assim são criadas as políticas criminais bélicas e os aparatos policiais em contraponto aos direitos e liberdades individuais.

Com a regulação e controle da vida social no que tange os problemas de ordem moral, econômica, entre outros, ocorre o que Batista (2001) denomina de criminalização das relações sociais. Tal criminalização, onde crianças e adolescentes também estão inseridos, passou a ser objeto de intervenção judicial, que tem o papel de mediar às relações sociais e decidir sobre os conflitos. Nesse sentido, o Estado Mínimo não se

¹¹ De acordo com Lukács 1885-1971, constitui um processo histórico inerente às sociedades capitalistas, caracterizado por uma transformação experimentada pela atividade produtiva, pelas relações sociais e pela própria subjetividade humana, sujeitadas e identificadas cada vez mais ao caráter inanimado, quantitativo e automático dos objetos ou mercadorias circulantes no mercado.

¹² Deu origem à Lei dos Crimes Hediondos a fim de que “haja uma superação do banditismo que assola nossa sociedade”.

preocupava com a qualidade de vida dos cidadãos em todas as esferas responsabilizando, sobretudo, jovens pobres e em conflito com a lei.

Apesar das interpretações sobre o ECA ser destinado às crianças e adolescentes sem distinção de classe social, seus fundamentos e intervenção possibilitam observar que não se aplica a todo o público infanto-juvenil, principalmente aos negros e pobres que, de forma geral, são vistos como ameaças em potencial. Sendo assim, o direito penal juvenil foi regulamentado como uma das estratégias de controle da sociedade que cultua a penalidade e generalização da segurança e do medo.

No âmbito da segurança pública, o chamado Estado Penal age no sentido de amedrontar, judicializar e criminalizar as relações, normatizando os instrumentos coercitivos do controle sócio-penal, com vistas às diferentes formas de dominação. Trata-se de um tipo perverso de controle, que defende interesses desiguais da relação entre trabalho e capital, como aponta Mészáros.

Constitui de extrema importância refletir sobre a atual configuração do Estado Penal, já que suas principais medidas apontam para o encarceramento e criminalização da pobreza, individualizando a questão social e limitando as políticas de segurança pública, com fortes ataques ao sistema prisional.

A importância de refletir sobre a atual configuração do Estado Penal está no fato de que suas principais medidas se voltam para o encarceramento e criminalização da pobreza, situações que individualizam a questão social e limitam as políticas de segurança pública, com fortes ataques ao sistema prisional e aos benefícios da Lei de Execução Penal Brasileira¹³(CARDOSO, 2006).

¹³Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

CAPÍTULO II – OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A PROPOSTA DE REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

O presente capítulo busca refletir sobre as prerrogativas punitivas que embasam o discurso acerca da redução da maioridade penal, situando o debate do Brasil na atualidade, perpassando pela construção dos direitos da criança e do adolescente e a aplicabilidade do Estatuto da Criança e do Adolescente na atualidade.

1. A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

No decorrer da história, o tema relativo aos adolescentes em conflito com a lei e suas formas de punição foi discutido sob dois principais aspectos: a penalização e a reeducação. Os primeiros registros de normatização referentes aos jovens em conflito com a lei apresentam as crianças e os adolescentes como incapazes de praticar determinados atos da vida civil e, por isso, a questão do conhecimento e entendimento de “certo” e “errado” são, desde então, discutidas. A atividade de fiscalização se organizava buscando garantia da ordem pública, para que não houvesse perturbação do pleno domínio.

Desde tempos remotos eram aplicadas medidas severas em crianças, na busca por uma sociedade “pacífica”. No século XIX, mais precisamente em 1830, criou-se o Código Criminal do Império do Brasil, que adotou o sistema do discernimento, determinando a maioridade penal a partir dos 14 anos, a menos que o adolescente tivesse discernimento do ato, devendo então ser recolhido às casas de correção, por tempo determinado judicialmente, contanto que o recolhimento não excedesse aos 17 anos. O critério do discernimento era adotado em diversos países (FONSECA, 2006).

Na tentativa de transformar a prisão-pena em prisão-educação, surgiu a Lei Francesa de agosto de 1850, como uma prisão especial, que consistia em um reformatório, todavia, na prática, constituíam verdadeiras prisões punitivas. Durante esse período, o ensino obrigatório foi regulamentado em 1854, porém não se aplicava universalmente tendo em vista que não era garantido aos escravos, doentes e não vacinados. Essas restrições excluía aquelas crianças cuja família não tinha acesso ao sistema de saúde, o que restringia, também, o acesso à escola, ocasionando em dupla exclusão dos direitos sociais.

Certas fases da trajetória da inimputabilidade, associam-se a providências de caráter repressivo. Essa situação pode ser ilustrada por meio do Código Penal de 1890, onde diversas decisões judiciais apontavam para o recolhimento de adolescentes em prisões de adultos por falta de instituições adequadas. Entretanto, a disposição em relação à inimputabilidade penal absoluta constante no Código, foi revogado pela lei nº 4.242/21, que conferiu ao Governo vigente a organização de serviços assistenciais e protetivos, a fim de construir casas e abrigos de proteção aos adolescentes desamparados que tivessem cometido delitos (MACHADO, 2005, p.12).

Sendo assim, o período entre 1830 e 1890 foi marcado pelo predomínio da Doutrina do direito penal, onde a criança e o adolescente eram vistos como possuidores de direitos exclusivamente na ótica do direito penal. A maior preocupação era a punição da criança ou adolescente que cometeu o ato infracional, não considerando fatores sociais relacionados ao ato infracional, tampouco preocupação em educar e ressocializar o jovem. Logo, a oficialização da proteção aos direitos das crianças e adolescentes só se deu, realmente, no século XX.

De fato, o início do século XX foi um período de mudanças importantes no Brasil. Na década de 20 o país perpassou uma fase de crise econômica e política da República Liberal consequente da divisão de classes dominantes, que divergiam quanto às diretrizes da política governamental. Tal crise sugeriu questionamento acerca do papel do Estado relativo às questões sociais. Neste contexto foram inauguradas diversas organizações de educação, repressão e assistência à crianças e adolescentes, onde se estabelecia preocupação relativa à criminalidade cometida por adolescentes. O Brasil também foi marcado pelo surgimento das lutas sociais do proletariado crescente.

Em 1927 o primeiro Código de Menores do Brasil ¹⁴ foi promulgado. Nele, aquele em situação irregular deveria ficar sob tutela do Estado, que institucionaliza a criança desamparada. O Juizado de Menores foi criado e regulamentado pelo Poder Judiciário como estrutura de proteção às crianças e adolescentes, sugerindo a necessidade da questão ser tratada multidisciplinarmente. Nesse sentido, a criança e o adolescente passam a interessar ao Direito não somente sob a ótica penal, como também, pela situação irregular em que se encontrassem.

¹⁴ Decreto nº 17.943A/27. Conhecido como Código Mello Mattos, teve como primeiro Juiz de Menores da América Latina, Mello Mattos.

Através do Decreto de lei nº 3.799/41¹⁵, criou-se o Serviço de Assistência aos Menores (SAM), no período considerado especialmente autoritário do Estado Novo, com o objetivo de instituir um sistema penitenciário para crianças e adolescentes, baseado em internatos, a fim de fornecer-lhes “educação, instrução e tratamento sômato-psíquico, até o seu desligamento.” (Decreto-lei nº 3.799, de 5 de novembro de 1941) e retomando a preocupação com a reeducação dos jovens em conflito com a lei.

Como abordado no capítulo 1, o período entre 1937 e 1945 – conhecido como Estado Novo – foi marcado no campo social pelo surgimento do aparato executor das políticas sociais no país, resultando em uma espécie de cidadania regulada. Houve o reconhecimento do sufrágio universal, que consiste no direito de voto de todos os indivíduos, como direito político. No contexto infanto-juvenil, com o Código Penal Brasileiro¹⁶ de 1940, as problemáticas relativas ao discernimento foram deixadas de lado e adotou-se o critério puramente biológico, que indica a idade como único fator para imputabilidade.

Após o Governo Vargas ser deposto, em 1945, foi promulgada a quarta Constituição do país em 1946. Tal Constituição representou a volta das instituições democráticas, por seu caráter liberal. Restabeleceu a independência entre os três poderes, trouxe de volta o pluripartidarismo, a eleição direta para presidente e acabou com a censura e com a pena de morte. Logo, o período entre 1945 e 1964 foi marcado por duas tendências: De um lado o aprofundamento das conquistas sociais da população desfavorecida e, por outro lado, o controle da mobilização e organização.

Com o Golpe Militar de 64, foi instituída uma ditadura militar, interrompendo o avanço da democracia no país a pouco conquistado. Em 1967, foi elaborada uma nova Constituição, que estabeleceu distintas diretrizes para a vida civil. A presença autoritária do Estado, a restrição à liberdade de opinião e expressão, os recuos no campo dos direitos sociais, foram alguns dos resultados da nova ordem trazida pelo golpe. Na área infanto-juvenil, foram criados dois documentos importantes de indicadores da visão presente: A Lei 4.513 e o Código de Menores de 79. Em 1964 cria-se a Política Nacional do Bem-Estar do Menor em substituição ao SAM, com a aprovação da Lei nº 4.513/64, tendo como organismo de gestão nacional a Fundação Nacional do Bem-Estar

¹⁵ Cria o Conselho Nacional de Serviço Social, tido como referência ao expandir os convênios com as ONGs e a filantropia.

¹⁶ Decreto-lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940.

do Menor (FUNABEM)¹⁷ e como gestores estaduais as Fundações Estaduais para o Bem Estar do Menor (FEBEM's).

A FUNABEM consiste em um órgão criado em 1964 para implantar nos estados a Política Nacional do Bem Estar do Menor. Atendia os chamados menores delinquentes e abandonados. Baseava-se no Código de Menores de 1927 e previa a internação de adolescentes apenas para contenção da criminalidade, seguindo a linha da Doutrina de Segurança Nacional. Competia a FEBEM executar medidas socioeducativas aplicadas pelo Poder Judiciário, aos menores infratores com idades entre 12 e 21 anos. Todavia, a FEBEM ficou conhecida nacional e internacionalmente pelos diversos problemas que enfrentou, dentre eles, a superlotação das unidades, denúncias de torturas sofridas e condições desumanas de sobrevivência. Atrelado a isso, a falta de condições de trabalho para os funcionários e as consequentes rebeliões.

Referente ao perfil dos adolescentes internos pode-se afirmar que são, em sua maioria, negros, afro descendentes, sem alfabetização e profissionalização (CARDOSO, 2006). Sendo assim, a questão da prisão no território nacional aponta um notável problema social.

2. A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL E A CONSTRUÇÃO DO ECA

Compreender a relação Estado/Sociedade constitui condição fundamental para compreender sua perspectiva com os direitos da criança e do adolescente e o debate que ganhou força na década de 1980. Na década de 80, o país retomou a temática da Doutrina da Proteção Integral, que afirma o público infanto-juvenil como sujeitos de direitos. Foi promulgada a Constituição Federal do Brasil de 1988, destinada a assegurar o exercício dos direitos humanos de todos os cidadãos, dentre eles as crianças e os adolescentes, que receberam tratamento especial – as medidas protetivas e socioeducativas que hoje são previstas no ECA. Nesse cenário, permitiu-se que a abertura democrática se tornasse realidade.

A década de 80 representou conquistas decisivas no âmbito da infância. Os grupos em torno do tema eram basicamente de dois tipos: os menoristas e os estatutistas. Os

¹⁷ Competia a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), formular e implantar a PNBEM em todo o território nacional, além de planejar, orientar e coordenar a política de trabalho das entidades do menor, fiscalizando os convênios firmados.

menoristas acreditavam que se deveria manter o Código de Menores, este defendia a Doutrina da Situação Irregular. Já os estatutistas, defendiam uma grande mudança no código, sendo necessário estabelecer novos e amplos direitos às crianças e aos adolescentes, que passariam a serem sujeitos de direitos e a contar com uma Política de Proteção Integral (TESSMANN, 2010).

Ainda nos anos 80, surgiram diversos movimentos da sociedade civil que posteriormente tiveram uma participação fundamental na construção do arcabouço legal do ECA. Como exemplo, pode-se destacar o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) ¹⁸, um importante Centro Sindical do país e a Pastoral da criança ¹⁹.

O período pós Constituição de 88, foi marcado pelo processo de globalização, onde o cenário econômico e político que se instauraram no final dos anos 60 e início dos anos 70 tiveram reflexos apenas nos anos 90 e levaram a uma situação social desfavorável, em que tais processos tiveram como panorama o que Mészáros (2003) apresenta como a crise estrutural do capital. Neste contexto, ocorreram mudanças na base do Estado enquanto organização política e sua relação com o mercado e a sociedade. Esses efeitos são evidenciados no processo de reestruturação do mercado de trabalho, com as expressões da precarização do trabalho, da miséria, da terceirização, das subcontratações, bem como das desigualdades sociais, agudizando os processos de exploração do trabalho e agravamento da Questão Social.

Em 1990 houve a consagração da Doutrina da Proteção Integral em oposição à Doutrina da Situação Irregular, por meio do ECA²⁰. Na Assembleia Nacional Constituinte, formou-se um grupo de trabalho envolvido com o tema da criança e do adolescente que teve seu resultado concreto, proveniente do artigo 227 da Constituição Federal, que introduz a Doutrina de Proteção Integral da ONU, trazendo avanços para a população infanto-juvenil do Brasil e estabelecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, além de meros objetos da norma. Tal artigo garantia às crianças e adolescentes os direitos fundamentais, além de protegê-los através de dispositivos legais diferenciados contra a negligência, maus tratos, violência, exploração, crueldade e opressão. Alterou significativamente a viabilidade de intervenção arbitrária do Estado

¹⁸ O movimento MNMMR surgiu em 1985 na cidade de São Bernardo do Campo.

¹⁹ A Pastoral da Criança foi criada em 1983 em nome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e envolveu forte militância proveniente dos movimentos sociais da Igreja Católica.

²⁰ Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

no contexto infanto-juvenil. Como exemplo pode-se citar a restrição que o Estatuto faz à medida de internação, que é aplicada, teoricamente, em último recurso, restrito a casos de ato infracional grave.

Portanto, estavam postas as bases do ECA, onde a comissão de redação teve representação de três importantes grupos: os movimentos sociais, os juristas e os técnicos de órgãos governamentais e não governamentais. Desde sua promulgação ocorre um grande esforço em implantá-lo em âmbito governamental e não-governamental. Houve uma progressiva participação do terceiro setor em diversas políticas sociais voltadas à infância e adolescência. A constituição do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente²¹ determina, a nível federal, que a formulação de políticas públicas infanto-juvenis deva ser formada por membros representantes de organizações da sociedade civil e membros representantes das instituições governamentais. No âmbito estadual e municipal, têm-se os Conselhos de Direito.

A linguagem dos direitos tem indubitavelmente uma grande função prática, que é emprestar uma força particular às reivindicações dos movimentos que demandam para si e para os outros a satisfação de novos carecimentos materiais e morais; mas ela se torna enganadora se obscurecer ou ocultar a diferença entre o direito reivindicado e o direito reconhecido e protegido. (BOBBIO, 1998, p.07).

É fundamental destacar que o ECA é um avanço obtido através de uma forte mobilização social por meio de diversos movimentos da sociedade civil. Com isso, a A implementação completa do ECA ainda consiste em um desafio, pois necessita de mudanças no panorama legal, ordenamento e reordenamento institucional e melhoria nas formas de atenção direta (COSTA, 2007).

Nesse sentido, para que se atinja um Estado de plena garantia de direitos há um longo caminho, ainda que avanços tenham acontecido nos últimos anos. Contudo, se contextualizado a partir da própria história anteriormente apresentada, nota-se um valor ainda mais significativo, onde a luta pelos direitos humanos no Brasil é merecedora de resistência.

2.1. O ECA E SUA APLICABILIDADE

Em 2006, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) aprovou e publicou a resolução nº 119, que estabeleceu o SINASE. Tal

²¹ Criado pela Lei nº 234/92. É vinculado à Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal.

resolução, juntamente com a Lei Federal 12.594/12²², fazem parte da normatização conceitual e jurídica necessária para a implementação dos princípios consagrados na Constituição Federal e no ECA, referentes à execução das medidas socioeducativas. A partir deste marco legal, a política de atenção ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa recebe um novo status e assume o desafio de se constituir em um sistema nacional, tornando-se uma política pública articulada e com características específicas, ou seja, a política da socioeducação.

No Distrito Federal, o sistema socioeducativo está inserido dentro de uma secretaria de políticas para criança e adolescentes e juventude. Isso constitui um avanço para o sistema socioeducativo e para a política direcionada para criança, adolescência e juventude como um todo. É um conjunto articulado de ações e políticas voltadas para esse público.

Discutir a política socioeducativa – proteção e promoção aos adolescentes – significa falar sobre o sistema de responsabilidade juvenil existente no direito brasileiro, e se refere aos mecanismos de controle social que incidem sobre os jovens e, por fim, as ações de cunho preventivo que podem diminuir a vulnerabilidade ou a marginalização social que estes estão expostos.

O fato que restringe, limita e define como as ações vão ocorrer e a quem elas vão ser dirigidas é o que está determinado na lei, à especificidade do público alvo. O objetivo da política socioeducativa é, além de responsabilizar, favorecer a (re) inserção social do adolescente e sua família. Ou seja, prepará-lo para sair daquela condição em que está inserido e favorecer sua reinserção na sociedade.

É necessário qualificar o atendimento, pois é um serviço extremamente caro para a sociedade. De acordo com levantamento dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal, apenas em gastos com servidores, um adolescente em internação custa cerca de 12 mil reais, com efetividade de 30%. Em contrapartida, um adolescente em meio aberto não chega a custar 250 reais, com efetividade de 70%, e ainda assim, o discurso presente é o de encarceramento. Assim, são questões que o sistema socioeducativo passa para a sociedade (re) pensar, e para os profissionais repensarem a prática. É uma política social que exige resposta para a sociedade em geral.

²² Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que regulamente medidas de cunho protetivo e socioeducativo.

Fala-se em favorecimento de reinserção social, pois as medidas socioeducativas não esgotam outras medidas, ao contrário. O adolescente em conflito com a lei é alvo de um conjunto de ações preventivas e inclusivas e, enquanto sujeito de direitos, ele é titular de todas as outras políticas sociais de proteção voltadas aos adolescentes em geral. Isto constitui um aspecto fundamental para desenhar uma política de atendimento ao adolescente.

São princípios básicos, afirmados por todas as normativas que defendem os Direitos Humanos, em que o adolescente dentro de uma Unidade de Internação deve ter seus direitos fundamentais assegurados, como por exemplo, o acesso à educação, saúde, alimentação e convivência.

Para que as medidas socioeducativas aconteçam, as outras políticas sociais voltadas aos adolescentes devem acontecer, por fazerem parte de um conjunto de políticas. Assim, deve haver um atendimento integrado e intersetorial, na direção de prevenir reincidência de atos infracionais e minimizar a marginalização e estigmatização destes adolescentes.

Para que tais objetivos sejam alcançados torna-se indispensável à implementação do sistema de garantia de direitos, que é o que recomenda o ECA em seu artigo 86:

A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. (art. 86, Estatuto da Criança e do Adolescente).

Hoje, entende-se que existem diversos fatores relacionados ao cometimento das infrações. Assim, pode-se compreender que a política de atendimento socioeducativo faz parte de um complexo conjunto de políticas.

Dessa forma, todos são responsáveis pela reinserção social dos adolescentes. A política socioeducativa visa promover a cidadania do público destinatário, com especificidade de responsabilizar o adolescente que cometeu o ato infracional, combinando o conteúdo sancionatório com a promoção da cidadania.

Isso nos permite afirmar que a inimputabilidade não exclui a reprovabilidade e, portanto, não é sinônimo de irresponsabilidade ou impunidade para os adolescentes autores de infrações penais. Isso desmistifica que o sistema de socioeducação tem por

objetivo ser um sistema que sanciona. É sim um sistema que sanciona, mas por meio da educação.

Todas as medidas socioeducativas contêm aspecto de natureza sancionatória e tem como finalidade o exercício da cidadania plena para o adolescente, trabalhando com este a responsabilidade em um sentido amplo e crítico.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (2013), os problemas no sistema socioeducativo brasileiro persistem e até pioraram desde a última pesquisa realizada pelo Conselho nas Unidades de Internação, em 2011. Um dos problemas que persistem é a falta de apoio dos governos estaduais e distrital aos Sistemas Socioeducativos.

O CNJ tem procurado ir além da identificação da situação, propondo também melhorias aos governos. Entre as sugestões que estão sendo propostas, está a capacitação dos servidores, a adoção de ações voltadas para a educação e o ensino profissionalizante, além da previsão de tratamento aos usuários de drogas, visto que 75% dos jovens que cumpriam medidas de internação durante a realização da pesquisa do CNJ, eram usuários de drogas e que o tráfico de entorpecentes foi apontado como o segundo ato infracional mais praticado.

Ou seja, apenas a construção de Unidades de Internação não é a resposta para o problema. É necessário que as medidas socioeducativas tenham a melhoria no que tange a perspectiva de educação e ressocialização.

3. A REDUÇÃO DA MAIORIDADE NO BRASIL

A redução da maioridade penal é um tema que gera muitos debates, principalmente na atualidade, com a retomada de discussões acerca dos projetos de lei e a divulgação pela imprensa de adolescentes envolvidos em atos infracionais. Através do processo de construção dos direitos da criança e do adolescente – anteriormente apresentado – faz-se necessário compreender o avanço relacionado à lógica de educação no lugar da lógica de punição.

O aumento da violência no país é fator que produz unanimidade e preocupação entre o Estado e a sociedade em geral. São discutidas formas para diminuir a violência instalada em nosso meio social e, nesse campo das idéias e alternativas, surge em pauta a proposta referente à redução da maioridade penal. Tal tese gerou reações contrárias

dos defensores do ECA, que propõem como alternativa uma política educacional e não punitiva para o adolescente em conflito com a Lei.

Em função do desenvolvimento e amadurecimento físico, emocional e psicológico dos adolescentes, é de extrema importância medidas que mantenham o convívio social e familiar (CUNEO, 2001). A autora apresenta que:

Segundo levantamentos realizados em vários Estados do Brasil, os crimes praticados por maiores de dezoito anos representam cerca de 90% do total. Assim, os adolescentes estariam praticando apenas 10% das infrações. Obviamente, pois, o problema da segurança pública e sua solução não se resumem, nem pode ser centrado, em torno das particularidades de fração tão pequena deles, ou seja, aquelas praticadas por adolescentes. (Revista Igualdade, 1994. p. 55 *apud* CUNEO, 2001.)

Assim, o fato do adolescente não estar sujeito às normas do Código Penal, não o desresponsabiliza de seus atos, já que o adolescente entre 12 e 18 anos cumprirá medidas socioeducativas em caso de infração, inclusive com privação de liberdade em casos mais graves, em estabelecimento próprio, com tempo de duração avaliado pelo seu processo e que não ultrapasse três anos. Ou seja, ao contrário do que muitos acreditam, a imputabilidade não é sinônimo de impunidade.

As medidas socioeducativas têm natureza e finalidades diferentes das penas previstas pelo código penal (...), pois pretendem garantir a manutenção do vínculo familiar associada ao caráter pedagógico apropriado a cada medida (NETO; GRILLO, 1995, p.78).

A maioria dos adolescentes em conflito com a lei encontra-se em fase de socialização ou instrução, logo, devem ser submetidos à políticas educacionais, inclusive nas unidades de internação, e não à pena criminal. Entretanto, pesquisas do Ministério da Justiça e do IPEA (2002), revelam que cerca de 71% dos ambientes físicos das Unidades de Internação do país encontram-se em condições inadequadas para cumprimento das medidas socioeducativas. Nesse sentido, faz-se necessário um investimento do poder público na adequação destas Unidades, pelo que determina o ECA.

Tomando essa discussão como pano de fundo, o discurso em torno da redução da maioria penal consiste em um retrocesso para os direitos até então conquistados, além de encobrir as reais razões da violência, não apresentando alternativas para aumentar a segurança da população. Tal debate se dá em um contexto político e econômico de crise do capital que atinge hoje seu grau mais perverso, com

consequências destrutivas expressas nas diversas expressões da questão social, além de abandono dos parâmetros civilizatórios duramente conquistados, como os direitos sociais das crianças e dos adolescentes.

Por um lado, o Estado, a sociedade e a segurança pública relacionam-se para exigir que haja penalizações daqueles que infringiram as leis. Ademais, “os meios de comunicação informam regularmente sobre as rebeliões e as fugas no sistema penitenciário, reforçando assim a representação social negativa que paira sobre o universo prisional” Teixeira (2007, p. 43). O sensacionalismo gerado pela mídia e a reprodução desses discursos resultam, por exemplo, em posicionamentos favoráveis a redução da maioridade penal.

A grande maioria dos legisladores, a fim de dar legitimidade às propostas, utiliza como argumentos o clamor popular, o aumento no número de crimes hediondos cometidos por adolescentes e que, atualmente, adolescentes já possuem plena consciência sobre o certo e o errado. De acordo com Araújo (2008), após análise dos estudos psicanalíticos de Freud e Erikson, os estudos apontam que qualquer repressão ou problemas na fase de desenvolvimento da criança e do adolescente pode gerar como consequência adultos com desvios de comportamento. É, ainda nessa fase, que o indivíduo enfrenta diversas mudanças psicossociais.

Dessa forma, ainda que o adolescente já conte com o discernimento necessário para diferenciar o certo do errado e entender o significado de justiça, seus conflitos internos e busca por auto-afirmação impossibilita, muitas vezes, que ele se porte em consonância com tais entendimentos, não podendo ser igualado ao adulto. Ou seja, as crises psicossociais características da fase infanto-juvenil geralmente não se apresentam na fase adulta, logo, não se pode equiparar crimes cometidos por adultos com atos infracionais cometidos por adolescentes.

Por outro lado, existe uma parcela da população encarcerada que, na prática, vivenciam os problemas na sobrevivência nas prisões. Superlotação, violência, corrupção, propagação de doenças e infração dos direitos humanos são apenas algumas das situações em que se encontram os encarcerados. Tais fatos são de conhecimento público e as precárias condições do sistema penitenciário no Brasil são amplamente conhecidas e destacadas por diversos organismos nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos.

Dessa forma, observa-se um movimento impulsionado por órgãos como a Organização das Nações Unidas, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal de Serviço Social, entre outras organizações, que visam atentar para a necessidade de se pensar políticas públicas específicas para os adolescentes em conflito com a lei, além de investimento massivo na educação a fim de diminuir os índices de incidência de crianças e adolescentes na criminalidade, por compreenderem que o encarceramento não é solução dos conflitos sociais.

3.1. O DEBATE NO CONGRESSO – PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL 171/93

A redução da maioridade penal por ser um tema contemporâneo e polêmico entre os deputados, a mídia e a sociedade, gera distintos questionamentos e debates em todas as esferas do poder.

Desde os anos 90 existem no Congresso Nacional propostas de emenda constitucional para modificar a idade penal. Atualmente, tramita no Congresso Nacional a PEC 171/93 e seus apensados, de autoria do Sr. Benedito Domingos²³ e outros, que “altera a redação do art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesesseis anos)”. Um novo texto para a Proposta foi aprovado em julho de 2015, no Plenário da Câmara dos Deputados, através de uma manobra política articulada pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Foram 323 votos favoráveis, 155 contrários e 2 abstenções.

Duas noites anteriores a votação, texto semelhante havia sido rejeitado pelos deputados, com 303 votos favoráveis e 184 contrários. O texto rejeitado incluía crimes como tráfico de drogas e roubo qualificado. Em 24 horas, em um acordo entre líderes, articulado por Eduardo Cunha (PMDB – RJ), presidente da Câmara, possibilitou a aprovação da Proposta.

O texto aprovado estabelece a redução da maioridade penal, de 18 para 16 anos em casos de crimes hediondos, latrocínio, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte. A proposta passará por mais um turno na Câmara dos Deputados para então seguir para avaliação do Senado Federal.

²³ Desde março de 2016, Benedito Domingos encontra-se detido no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília, por determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Condenado a nove anos e oito meses pelos crimes de corrupção e fraude em licitação.

Muito se fala sobre a possível Inconstitucionalidade da Proposta, visto que a Constituição Federal define, em seu artigo 228, que a pessoa com até 18 anos incompletos é penalmente inimputável, porém responsável por seus atos. Questiona-se a Inconstitucionalidade já que nenhum princípio do direito penal ou qualquer tipo de legislação pode sobrepor-se ou alterar a Carta Magna.

As distintas perspectivas revelam uma lógica conflitante de ordem social, e nesse sentido, a população brasileira se divide entre os que apóiam a redução da maioria penal e os que são contrários a tal proposta. O debate ocorre em todas as esferas do poder.

Por um lado estão àqueles favoráveis à propostas que acreditam que a redução da maioria penal é única maneira de resolver a questão da violência no país. Tal posicionamento é expresso na PEC 171/93 e seus diversos apensados; no clamor popular, que segundo pesquisa realizada pela empresa Vertude no ano de 2015²⁴, 83,9% da população diz ser favorável à proposta. Assim, os favoráveis à proposta têm como argumentos, entre outros, o fato do adolescente de 16 anos possuir discernimento, compreender o que é certo e o que é errado e poder alistar-se eleitoralmente de forma facultativa.

Por outro lado, àqueles contrários à proposta – como instituições nacionais, organizações não governamentais e especialistas em violência e infância – se posicionam contra a redução da maioria penal. Acreditam que a redução não diminuiria o problema da violência. Argumentam que o tema está diretamente relacionado a falta de políticas estruturantes para crianças e adolescentes e que resultados como os de pesquisas que mostram grande parte da população favorável a medida, são reflexos da falta de informação sobre a aplicação do ECA e da exploração midiática de delitos bárbaros envolvendo jovens.

Dessa forma, como apresentado anteriormente, a luta pela garantia de direitos do público infanto-juvenil foi longa e tortuosa, em especial no que tange a superação da perspectiva de punição por punição pela de responsabilização dos atos cometidos por crianças e adolescentes.

²⁴ BRASIL, Câmara dos Deputados, 2015.

No âmbito do Legislativo existe um embate sobre tais prerrogativas, que tem como embasamento a concepção de Estado, Sociedade e Direitos Sociais que se vinculam a distintos projetos: o progressista e o conservador.

Assim, com o objetivo de fortalecer a intervenção política da profissão de Serviço Social, e considerando a relevância do tema na mídia, sociedade e meio acadêmico, o próximo capítulo problematizará o posicionamento de movimentos da sociedade civil sobre a Proposta de redução da maioria penal, a partir da compreensão destes sobre Estado, Sociedade e Direitos da Criança e do Adolescente, a partir de uma pesquisa quanti-qualitativa.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

1. APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O método, por ser entendido como o caminho que o pesquisador perpassa ao longo de sua pesquisa, desde o início ao formular um problema, até o final ao confirmar ou refutar suas hipóteses (DEMO, 1985, p. 20) tem fundamental importância na pesquisa ao buscar capturar e analisar a realidade e permitir atingir os objetivos aqui propostos.

O objetivo inicial desta pesquisa visou em discutir e analisar a concepção de Estado, sociedade e direitos da criança e do adolescente que orientam o posicionamento de Deputados Federais, sendo estes favoráveis e contrários à proposta da redução da maioria penal. A partir da experiência de estágio na Penitenciária do Distrito Federal I no ano de 2014 e da participação no projeto Saúde Integral realizado na Unidade de Internação do Recanto das Emas, houve a disposição pelo tema. Tal interesse surgiu por compreender a urgência do debate acerca da maioria penal, tanto no meio midiático, quanto na academia.

Todavia, após meses de contato com a equipe de assessores dos Deputados, via e-mail, telefone e pessoalmente; tentativas de entrevistas, reuniões ou contato online, não foi possível realizar a pesquisa. Os Deputados não se mostraram abertos a pesquisa alegando não terem datas disponíveis em suas agendas e até mesmo desmarcando as entrevistas na véspera da realização. Assim sendo, não foi possível analisar e discutir as questões propostas a partir do posicionamento dos Deputados Federais.

A partir de tal resultado, optamos pela troca do objeto da pesquisa, passando a discutir o posicionamento de outra categoria de análise aqui apresentada, a sociedade civil. Dessa forma, realizamos um mapeamento nos meios midiáticos dos movimentos da sociedade civil e das Entidades sociais que são favoráveis e contrárias à redução da maioria penal. Optamos por utilizar as redes sociais como meio de pesquisa, por ser um recurso muito usado no momento, em que é possível notar expressões tanto de onda conservadora quanto crítica.

Tomados pelo desejo de atingir algum objetivo em prol do bem comum e pela noção da quantidade de pessoas com acesso à internet atualmente, os indivíduos iniciam mobilizações sociais que, bem organizadas e pautadas dentro de um cronograma de execução sempre bem atualizado, acarretam em manifestações públicas de grandes proporções (TAVARES; BARBOSA; SANTOS, 2014, p.23).

Nesse sentido, cabe ressaltar que a luta de direitos também pode dar-se por pressão popular, isto é, por meio da mobilização social em torno de questões referentes a esse eixo. O uso das redes sociais como um meio de mobilização social vem crescendo significativamente nos dias atuais.

Quando desenvolvida em um contexto que abrange os direitos dos cidadãos e a democracia, essa opinião pública pode ser a base da organização de manifestações populares, que tomam forma nas redes sociais e em seguida são levada às ruas em forma de protestos (...) A sociabilidade online é capaz de contribuir com o exercício do que aqui se trata por ciberdemocracia e mais, do grande contingente de pessoas que essa interação é capaz de atingir (TAVARES; BARBOSA; SANTOS, 2014, p.21).

Por assumirem um papel de destaque, compreendemos que é de extrema importância a atuação e articulação dos movimentos nas redes sociais.

Nesse sentido, partimos da hipótese que a partir da polarização de opiniões acerca do tema, os favoráveis à redução da maioria penal apresentam um posicionamento que reforça o Estado penal, punitivo e restrito, compreendendo a sociedade como um aglomerado de indivíduos autônomos e eficientes. Por outro lado, aqueles contrários à proposta acreditam que a medida é ineficaz quanto ao combate às ilicitudes cometidas pelos jovens, além de não diminuir os índices de violência, por entenderem a sociedade a partir de uma concepção de classe, onde crianças e adolescentes devem ser assistidos por Políticas Públicas específicas.

Ao realizar o mapeamento, foi possível observar que existem diversas organizações e entidades que se manifestam contrárias à redução da maioria penal, incluindo movimentos organizados especificamente contrários à redução e diversos órgãos que divulgaram cartas de repúdio à Proposta.

Os movimentos consultados quanto ao interesse em participar da pesquisa foram movimentos que apresentam posicionamentos progressistas em prol da juventude, da educação e da igualdade. São eles: Movimento Estudantil Popular Revolucionário; Fundo Nacional de Combate ao Racismo; Frente Contra a Redução da Maioria Penal - DF; Levante Negro; Levante Popular da Juventude; Movimento Juntos; Monitoramento Jovem de Políticas Públicas; União da Juventude Comunista e Conexão Humana.

Quanto ao posicionamento favorável à redução da maioria penal, não constatamos movimentos sociais ou Entidades sociais organizadas na luta pró-redução.

A partir de tal constatação, é possível observar que, ainda que não haja movimentos ou entidades organizadas, existem reflexos em participantes de movimentos de cunho conservador e, por isso, optamos por consultar quanto à participação adeptos destes movimentos. Os movimentos consultados quanto o interesse em participar da pesquisa foram das comunidades: Tradutores de Direita; Revoltados Online; Folha Política; Partido Anti-PT; Canal da direita; Movimento Brasil Livre; Intervenção Militar Já; Eu sou o capitalismo; Instituto Pró – Armas; Redução da maioria penal já!; Direitos Humanos para os Humanos Direitos;

Estes movimentos foram consultados quanto à participação por serem movimentos de grande apoio popular, que discutem o tema da maioria penal ou temas relativos, que têm impactos diretos e indiretos nas categorias aqui apresentadas. Dos vinte movimentos consultados, oito apresentaram interesse em participar da pesquisa.

Os favoráveis à redução que demonstraram interesse em participar da pesquisa foram integrantes dos movimentos: Instituto Pró Armas, Orgulho de ser Reação; Eu sou o Capitalismo e Direitos Humanos para os Humanos Direitos e Redução da maioria penal já!. Estes se manifestaram defensores de pautas conservadoras e individualistas como a luta pelos direitos de autodefesa e porte de arma.

Os contrários demonstraram-se defensores de pautas progressistas e coletivas como a conexão entre os indivíduos, a participação da juventude na política, defesa da população negra e da comunidade LGBT. São estes: União da Juventude Comunista, Movimento Juntos!, Monitoramento Jovem de Políticas Públicas e Conexão Humana.

A partir do debate apresentado nos capítulos 1 e 2 sobre a configuração do Estado, sua relação com a sociedade e as prerrogativas punitivas que embasam o debate sobre a redução da maioria penal, optou-se por uma pesquisa quanti-qualitativa, identificada por caracterizar determinada amostra e as relações entre as variáveis estudadas, a fim de comprovar ou refutar as hipóteses propostas inicialmente.

Assim sendo, a pesquisa foi realizada com 8 participantes, 4 favoráveis e 4 contrários à PEC, durante o mês de janeiro e fevereiro de 2016. A abordagem foi realizada através dos grupos dos movimentos sociais em redes sociais e a participação se deu de forma voluntária. Os participantes apresentam idades variantes entre 17 e 58 anos e 57% se encontra cursando o Ensino Superior. Responderam o instrumento de pesquisa adotado, formado por um questionário (apêndice 1) de quinze perguntas discursivas e duas objetivas.

De acordo com a Resolução sobre Ética em Pesquisa nas Ciências Sociais elaborada e publicada pela CONEP no mês de julho de 2015, estão habilitadas, teoricamente, que as pesquisas de opinião sejam realizadas sem autorização expressa da Comissão (anexo 1). Todavia, como cuidados éticos, optamos por manter em anônimo quaisquer informações pessoais que possam identificar os participantes, de modo que não serão divulgados nomes e contatos dos participantes da pesquisa.

Dessa maneira, não foi aplicado um TCLE, todavia, na apresentação da pesquisa, foram assegurados aos participantes o devido sigilo e os objetivos da pesquisa, além do contato da pesquisadora para quaisquer esclarecimentos. Seis participantes optaram por deixar o contato para retorno da pesquisa, quando concluída e aprovada pela banca examinadora.

Em um primeiro momento, na apresentação e análise dos dados, trazemos por meio de gráficos a apresentação dos sujeitos da pesquisa, constando idade e escolaridade destes. Em seguida, apresentamos as informações e análises das respostas obtidas subdivididas em itens específicos, com vistas a facilitar a compreensão e discussão das categorias de análise.

A fim de compreender a concepção de Estado, sociedade e direitos das crianças e dos adolescentes que orientam o posicionamento dos movimentos sociais, a apresentação da pesquisa se dará por subitens a partir das categorias de análise da pesquisa.

Nesse sentido, são definidas cinco principais categorias de análise, além da apresentação: 1 – Compreensão de Estado; 2 – Compreensão de sociedade; 3 – Relação Estado-sociedade; 4 – Compreensão sobre os direitos e 5 – Compreensão sobre a redução da maioridade penal.

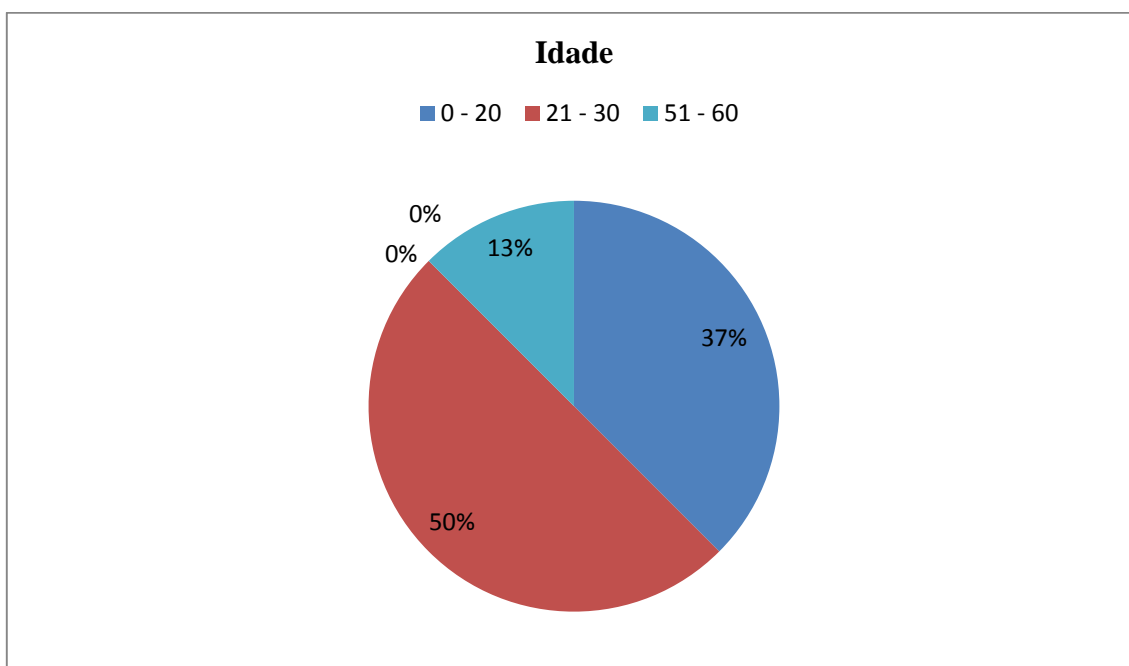
Após a exposição da pesquisa, apresentaremos uma análise final a partir dos dados obtidos, dialogando com os capítulos anteriores.

2. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Assim sendo, podemos observar a seguir, através dos gráficos e análises, as respostas obtidas ao final da pesquisa de campo.

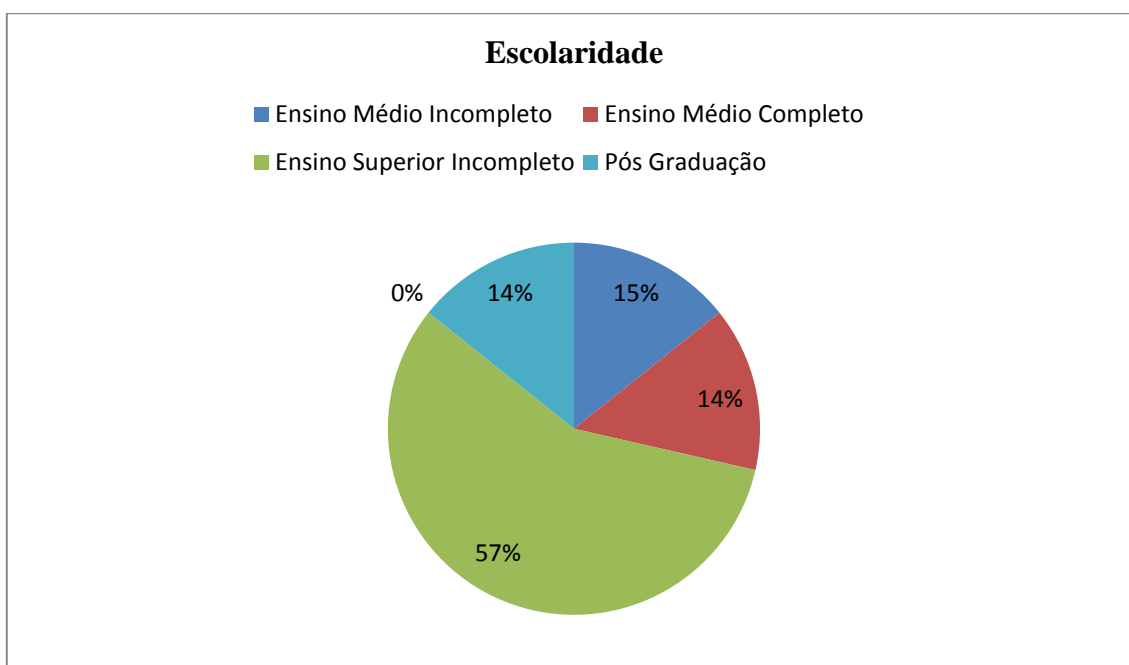
2.1. Apresentação dos sujeitos da pesquisa

Gráfico 1



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Gráfico 2



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Foi possível identificar na pesquisa o envolvimento da juventude, onde 87% dos participantes se enquadram como jovens²⁵. Tal resultado nos permite observar que tem aumentado o número de jovens inseridos na conjuntura política, atuando ativamente em espaços tradicionais e institucionalizados, não apenas na associação a partidos políticos como, principalmente, na participação em movimentos sociais.

Conforme observamos nos capítulos 1 e 2, o Brasil tornou-se uma sociedade capitalista moderna com certo atraso, de modo que as rupturas políticas, econômicas e sociais se tornaram recorrentes – e nelas a mobilização da juventude teve papel predominante. Nesse sentido, os jovens apresentaram-se abertos à mobilização social e política, tanto em nome de interesses específicos da juventude, quanto em nome de interesses gerais. Essa disposição da juventude, como um fator de mudança e aceleração da história, tornou-se uma força simbólica fundamental para o processo social do Brasil.

A luta promovida pelos movimentos sociais, em especial desde a década de 80, em prol da educação que permita o acesso universal ao ensino superior universitário, tem seus reflexos no envolvimento atual de jovens universitários na participação social e política. Com efeito, 57% dos participantes da pesquisa encontram-se cursando o Ensino Superior e estão engajados nestes movimentos.

2.2. O papel do Estado frente à sociedade

A relação entre os movimentos sociais e o Estado, apesar de ter passado por um avanço significativo, aponta para a necessidade de ampliação da participação da sociedade em temas políticos, econômicos e sociais. Dessa forma, a partir do objetivo da pesquisa em analisar a compreensão de Estado, sociedade e direitos da criança e do adolescente a partir dos movimentos da sociedade civil, questionamos os participantes sobre o papel do Estado frente à sociedade e qual a perspectiva que este assume.

“O Estado deve garantir o princípio mais importante de uma democracia: a liberdade. Quando um comerciante fecha as portas de seu comércio mais cedo por medo de um assalto ou quando uma pessoa deixa de passar por certa rua por medo de assalto ou estupro, eles estão sendo privados da liberdade. O Estado deve garantir a liberdade das pessoas, não só nesse sentido, mas em todos, mesmo que para isso tenha que colocar em regime fechado uma criança de 10 anos” (participante da comunidade “Eu sou o capitalismo”, 20 anos).

²⁵ De acordo com o Estatuto da Juventude “Art. 1º (...) § 1º Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos.”

“Deveria ser mais punitivo e menos controlador, deveria também educar a nossa juventude para a correta convivência social” (participante do Instituto Pró Armas, 58 anos).

Tais colocações apontam para uma visão restrita e punitiva de Estado, em que há a culpabilização e criminalização do indivíduo, além da reprodução de uma concepção segmentada da questão social, que se restringe ao visível e imediato.

“O papel do Estado frente à sociedade parte de uma perspectiva social, instrutiva, protetiva, controladora e punitiva” (participante do Conexão Humana, 30 anos).

“O Estado, hoje, é uma estrutura de dominação da burguesia sobre as demais classes sociais, em especial o proletariado, ainda que as classes dominadas consigam, minoritariamente, se inserir nessa estrutura. Os principais avanços sociais conquistados são resultantes da pressão externa às instituições estatais. Por mais que eu concorde que o Estado Social seja um modelo progressivo em relação às demandas dos trabalhadores, é preciso que compreendamos que, num país periférico e na segunda década do século XXI, é impossível estabelecer uma experiência de Welfare State (nem os países centrais que tiveram essa experiência têm condições de restabelecê-la). Somente a ruptura com os interesses imperialistas e da burguesia nacional podem colocar o Brasil nos trilhos de um futuro realmente democrático, com políticas sociais que permitam o acesso de todos a seus direitos” (participante do Movimento Juntos!, 23 anos).

Tais posicionamentos apontam que, embora o Estado caminhe para uma perspectiva punitiva, ele ainda garante direitos. É na luta pela permanência da garantia do direito, pela adoção de políticas sociais que combatam as desigualdades e proporcionem espaços eficazes de participação popular, que a sociedade vem se organizando contra a redução da maioria penal.

Assim, a ruptura com a atual conjuntura consiste em uma perspectiva de autonomia e emancipação no que tange a luta por direitos como marca importante de um posicionamento coletivo, que se dá mediante participação popular, resultando em uma relação entre Estado e Sociedade de fato efetiva.

2.3. Compreensão de sociedade

Nesse sentido, fez-se necessário compreender qual o entendimento que os participantes têm sobre a organização da sociedade. 62% compreendem a sociedade sob uma perspectiva de classe, enquanto 25% visualizam a sociedade como a junção de indivíduos eficientes e autônomos e 13% afirmam não saber.

Não por acaso, dos participantes que afirmam compreender a sociedade permeada por uma perspectiva de classe, 80% são os contrários à redução, enquanto os participantes que compreendem a sociedade como uma junção de indivíduos autônomos e eficientes 100% são aqueles favoráveis a redução.

Tal resultado nos permite analisar que o grupo favorável parte de uma concepção de Estado restrita, punitiva e controladora, em que sua crítica é pautada no senso comum, reforçando uma perspectiva individualista e restritiva, que está sendo resgatada pelo Neoliberalismo. Esse posicionamento está na base do Estado penal que tende a culpabilizar o jovem, sem realizar uma análise da totalidade.

Por outro lado, o grupo contrário parte de uma compreensão de Estado social, inclusive são grupos e entidades sociais que estão na base de lutas desde a Constituição de 1988. Têm uma raiz fundamentada e partem de uma concepção mais profunda de análise da totalidade.

2.4. Relação entre o Estado e a Sociedade

A Constituição Federal impõe que a promoção da dignidade da pessoa humana para a criança e o adolescente na categoria de cidadãos é uma obrigação não apenas da família e do Estado, mas da sociedade como um todo. Nesse sentido, afirmamos que a sociedade tem o dever de participar em debates sobre a redução da maioria penal. Com efeito, 100% dos participantes da pesquisa concordam com tal afirmação e indicam maneiras que essa participação pode ser realizada, de modo a prestigiar a promoção da dignidade, igualdade e solidariedade.

“Os temas deveriam ser separados e votados em plebiscitos que ocorreriam em cada processo eleitoral” (participante do Instituto Pró-Armas, 58 anos).

“Sim, na democracia existem várias maneiras de consultar a sociedade sobre um tema, a que achamos mais prudente nesse caso seria um referendo. A direita e a esquerda elaboram uma posição cada uma e põe em referendo. É bem provável que a esquerda não concorde com isso, pois, como disse o Jean Wyllys, deputado de esquerda, “a sociedade é mal informada e ignorante, e não pode ser consultada sobre temas importantes”” (participante da comunidade “Eu sou o capitalismo”, 20 anos).

“Sim, apresentando argumentos e histórias que tiveram fins diferentes. Hoje a opinião que se sobrepõe é a da mídia” (participante do MJPOP, 28 anos).

“Sim, desde que seja um debate democrático, em as partes contrárias e favoráveis tenham as mesmas condições para defender suas posições” (participante do Movimento Juntos!, 23 anos).

A unanimidade da importância dos debates se dá na percepção da necessidade em contribuir com a reflexão sobre os temas importantes a serem debatidos na sociedade. Todos concordam que é necessário pressionar os parlamentares e abrir um espaço de discussão democrático em que a população também tenha, diretamente, vez e voz. Isto é, na relação entre o Estado e a sociedade, a sociedade espera respostas do Estado.

“O Movimento Juntos!, ao lado de várias outras organizações estudantis, populares e do movimento de negras e negros, participou das manifestações do primeiro semestre do ano passado durante a votação do projeto de redução da maioria penal na Câmara dos Deputados. Organizamos vários debates pelo país, em universidades, escolas e bairros de periferia sobre o impacto negativo da redução da maioria penal. Participamos das lutas pela legalização e regulamentação das drogas (e consequente enfraquecimento do narcotráfico e da guerra às drogas) e da desmilitarização da polícia” (participante do Movimento Juntos!, 23 anos).

“Nos articulamos promovendo a discussão dentro do grupo e dos seus contatos sociais, apoiando e pressionando parlamentares” (participante do Instituto Pró Armas, 58 anos).

Assim, a importância dos movimentos sociais é inquestionável para a construção de um novo patamar de participação social, esta que, ao longo do tempo, passou a exigir mais capacitação do governo para compreensão, respeito e acolhimento das demandas que vêm da sociedade, bem como expressa as contradições das classes sociais no capitalismo.

2.5. A construção dos direitos da criança e do adolescente no Brasil

Compreender todo o processo histórico entre o Estado e sua relação com a sociedade nos faz observar e analisar a importância da construção dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. Como vimos no capítulo 2, esse processo se deu de forma lenta e através de muita luta, tanto no âmbito dos direitos humanos, quanto no âmbito dos direitos da criança e do adolescente.

Os movimentos contrários à proposta discutem a construção dos direitos da criança e do adolescente no Brasil a partir de muita luta, onde a sociedade atue de forma ativa e decisiva para incluir o artigo 227 na Constituição, assim como na elaboração e aprovação do ECA – que constitui um marco ético-político demarcado pela luta pela redemocratização.

“A partir de muita luta. Os direitos das crianças e dos adolescentes partem de uma reflexão dos movimentos e de muito diálogo e construção política” (participante do MJPOP, 28 anos).

Por outro lado, o posicionamento favorável à proposta visualiza o ECA como um instrumento permissível em que não há responsabilização do ato cometido. Todavia, conforme discutido anteriormente, essa responsabilização é efetivada através das medidas protetivas e das medidas socioeducativas presentes, respectivamente, nos artigos 101 e 112 do Estatuto.

“Como está atualmente, está destruindo o futuro da juventude por ser extremamente permissiva e equivocada. Os principais direitos das crianças e dos adolescentes, educação de qualidade e saúde de qualidade, são negligenciados pelo Estado destruindo assim o futuro desses jovens” (participante do Instituto Pró Armas, 58 anos).

Contudo, 100% dos participantes acreditam que apesar dos avanços no que tange os direitos da criança e do adolescente, muito ainda tem a ser feito para a verdadeira efetivação dos direitos.

2.5.1. O ECA e as medidas socioeducativas

Nesse sentido, não podemos deixar de destacar o ECA como um importante instrumento e consequência de um processo de luta da sociedade, das Organizações ligadas a infância e juventude e dos movimentos sociais. O Estatuto pode ser tomado como uma referência que foi possível conquistar apenas em um dado contexto ideopolítico.

No contexto das ilicitudes cometidas por crianças e adolescentes, o ECA prevê uma série de medidas, tanto de cunho protetivo quanto de cunho socioeducativo, a fim de responsabilizar a criança e o adolescente pelo ato cometido. Entretanto, ao abordar sobre o tema da criminalidade infanto-juvenil, muito se discute a respeito da efetividade das medidas socioeducativas.

Dessa forma, questionamos os participantes sobre a maneira como visualizam o ECA e o porquê das medidas socioeducativas não promoverem resultados mais favoráveis.

Para os contrários à proposta, a falta de apoio do Estado e o acompanhamento direto da sociedade nos processos políticos são alguns dos argumentos da falta de promoção de resultados mais favoráveis das medidas socioeducativas. A omissão do Poder Público frente ao crescimento da violência e a ausência de políticas públicas para promover aos cidadãos uma vida digna também são causas.

“Falta de um verdadeiro apoio do Estado” (participante da UJC, 17 anos).

“Acompanhamento direto da sociedade” (participante do MJPOP, 28 anos).

Por outro lado, os favoráveis a proposta acreditam que o adolescente em conflito com a lei não responde pelos atos cometidos e que o ECA não passa de uma legislação ideológica.

“O criminoso com 16 anos é plenamente capaz e ciente dos seus atos e se vê privilegiado em cometer pequenos crimes porque sabe que a justiça o protege. Aumentando assim, as ocorrências policiais. A punição é necessária em uma sociedade para evitar uma desordem generalizada. Porém não é qualquer punição e muito menos um sistema carcerário. Talvez fossem mais eficientes trabalhos comunitários” (participante da comunidade “Direitos Humanos para os Humanos Direitos”, 18 anos)

“O ECA, a meu ver, não deveria existir. Já temos o Conselho Tutelar para garantir a estruturação social/cultural da criança e garantir seus direitos primários. O ECA vai além das barreiras jurídicas para defender os “direitos” dos menores. Mas quando faz isso, dá garantias aos infratores para continuar interferindo nas vidas de outras pessoas com a certeza da impunidade penal e social. A nosso ver, a única maneira de ressocializar ou reeducar um menor de idade e até mesmo um adulto, seria com disciplina e meritocracia. Quando um adolescente é levado a um centro de internação ele é coberto por direitos, em sua maioria garantidos pelo ECA, mas aí está o problema. O ECA deveria ter interferido na vida do adolescente antes que ele cometesse o crime. Uma vez preso, o menor deve se submeter a trabalho e a disciplina militar. Por exemplo: Acordar às 4 da manhã para trabalhar, ser forçado a estudar, só poder receber visitas se alcançar média razoável nas disciplinas escolares. A partir daí, a questão deve ser jurídica e o que deve ser levado em conta é o risco de deixar o menor livre na sociedade” (participante da comunidade “Eu sou o Capitalismo”, 20 anos).

Entretanto, dizer que o adolescente ao cometer uma ilicitude está impune é um equívoco, visto que este é responsabilizado por seus atos através das diversas medidas socioeducativas previstas no artigo 112 do Estatuto. Inclusive, cabe ressaltar a relação direta entre o ECA e os Conselhos Tutelares, visto que estes são responsáveis por zelar pelos direitos da criança e do adolescente presentes no Estatuto.

Dessa forma, se o cumprimento das medidas socioeducativas não está promovendo resultados mais favoráveis, faz-se necessário reavaliar o trabalho realizado com os jovens, as condições e a estrutura das Unidades de cumprimento de medidas socioeducativas.

Como vimos, na realidade do Brasil, os delitos cometidos possuem como algumas raízes estruturais a pobreza, a fome, o desajuste familiar e a exclusão social. Dessa maneira, a solução não deve ser simplista a ponto de considerar o encarceramento, o

aumento de penas ou a redução do limite da maioridade penal, o caminho para se conter o envolvimento da juventude na criminalidade.

2.5.2. Possibilidades de se contrapor aos problemas dos jovens na criminalidade

Muito se fala da educação como solução para os problemas do envolvimento da juventude na criminalidade. Questionamos os participantes sobre quais outras possibilidades de se contrapor a essa realidade e concretizar as conquistas sociais instituídas na Constituição Federal.

Os movimentos de cunho conservador acreditam que a educação é um ponto importante para combater a criminalidade, entretanto relacionam tal educação a valores morais e visualizam a punição como uma maneira eficaz no combate a criminalidade.

“Concordo que o principal ponto para combater a marginalização é a educação. Educação essa que começa em casa com os valores éticos para moldagem da personalidade da criança até os 7 anos. Também creio que as oportunidades devem oferecidas para todos independente da classe, cor, etnia ou opção sexual.” (participante da comunidade “Direitos Humanos para os Humanos Direitos, 18 anos).

“Na realidade, é necessário que se melhore muito a educação, sem dúvida, mas é necessário maior rigor na punição de infratores, as duas medidas devem ser tomadas. O maior rigor na punição deve ser efetivado para proteger a sociedade e tornar o custo do crime muito mais alto” (participante do Instituto Pró Armas, 58 anos).

Por outro lado, os movimentos de cunho progressista discutem a necessidade de investimentos em Políticas Sociais com vistas a descriminalizar a pobreza e acesso real à cultura, esporte, lazer, saúde e educação de qualidade. O Estado deve subsidiar profissionais que ofereçam tratamentos que auxiliem na reinserção desses jovens na sociedade.

“Legalizar e regulamentar as drogas ilícitas, tratando o consumo de entorpecentes como questão de Saúde Pública, não de polícia. É preciso que o Estado pare de investir o dinheiro público na guerra às drogas, que tem como vítima a população negra e periférica do país. Somente a legalização e regulamentação podem afetar o narcotráfico e abrir caminho para superação deste. A polícia militar não pode mais ser o único aparato estatal presente nas periferias. É preciso desmilitarizar a PM e, além do investimento em Educação e Cultura, deve-se investir também em Assistência Social, saneamento e moradia de qualidade para os moradores das periferias” (participante do Movimento Juntos!, 23 anos).

“Enxergo a educação e a mudança do sistema educativo como melhor forma de contraposição desse argumento” (participante do MJPOP, 28 anos).

Dessa forma, a solução para a delinquência juvenil não se reduz a modificar as leis penais. Faz-se necessário enfrentar o problema, combatendo as causas profundas sobre a temática. A desigualdade social e a impunidade aumentam na proporção inversa à atenção aos adolescentes desfavorecidos. A necessidade está em investir na base e na redistribuição de investimentos, a fim de formar o jovem de maneira eficiente e igualitária.

2.6. A redução da maioridade penal e o sistema prisional

O projeto de lei em trâmite no Senado Federal prevê a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, nos casos de crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte. De acordo com a proposta, a pena seria cumprida em estabelecimento separado dos adultos – tais estabelecimentos devem ser criados pela União, os estados e o Distrito Federal. Entretanto, não consta na emenda o dispositivo que impedia o contingenciamento de recursos orçamentários destinados aos programas socioeducativos e de ressocialização.

Com isso, a população questiona-se sobre as condições em que estes jovens seriam internados, visto que segundo dados do CNMP a superlotação nas unidades socioeducativas e a inadequação de suas instalações físicas são inquestionáveis.²⁶

Para os movimentos contrários à PEC, a superlotação e as condições dos Presídios no Brasil são alarmantes. Faz-se fundamental a humanização das penitenciárias, condições estruturais, assistência jurídica eficiente, oportunidade de estudo para todos os detidos e profissionalização, a fim de facilitar a ressocialização.

“Haveria agravamento do sistema prisional. Por mais que se fale em construir presídios separados e privatizados para os possíveis adolescentes presos, isso não significa que a população carcerária será reduzida, muito pelo contrário. E conhecendo a ganância por lucros da iniciativa privada e o princípio neoliberal de desresponsabilização do Estado, nada garante que os presídios privados respeitarão direitos humanos e seu limite de lotação” (participante do Movimento Juntos!, 23 anos).

“Deverá ter uma estrutura preparada para a reeducação e formação profissional desses jovens” (participante da comunidade “Conexão Humana”, 30 anos).

²⁶ Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, p. 8. Disponível em: http://portal.sdh.gov.br/spdca/sinase/consulta-publica-2013/SINASE-Plano_Decenal-Texto_Consulta_Publica.pdf

Para os favoráveis à PEC, uma solução seria a privatização dos presídios, onde as parcerias público-privadas têm como slogan “menor custo, maior eficiência”, entretanto, o fato é que o Estado está delegando sua função, assumindo sua ineficiência e transferindo sua responsabilidade para empresas que podem realizar o serviço de forma mais prática e através da obtenção de lucros.

“Porque não construir mais presídios?” (participante da comunidade “Orgulho de ser Reaça”, 25 anos).

“Primeiramente, esse sistema tem que sofrer drásticas mudanças. Nenhum país sério banca a estadia em presídios. As mudanças deveriam ser ao menos: presídios público-privados; presos obrigados a trabalhar para pagar, pelos menos, a comida que comem nos presídios; se o preso tiver renda suficiente, deve pagar pela estadia na cadeira. Com os presídios em boas condições, as violações de direitos humanos reduziriam a quase zero. O Estado não precisaria continuar gastando parte do PIB com presídios e poderia focar na educação integral. Aí sim não haveria problema e reduzir a maior idade penal. Mas falta de vagas em presídios não pode ser desculpa para deixar assassinos e estupradores à solta, aterrorizando as pessoas” (participante da comunidade “Eu sou o capitalismo”, 18 anos).

2.6.1. Efeitos, a médio e longo prazo, que se pode esperar ao encarcerar prematuramente esses jovens

Como vimos no capítulo anterior, pesquisas populares divulgadas por sites de estatísticas afirmam que uma grande parcela da sociedade se mostra favorável à redução da maioridade penal. Entretanto, pouco se discute sobre os efeitos que podemos esperar a médio e longo prazo, sobre o encarceramento prematuro desses jovens.

Para aqueles contrários à redução, haveria um genocídio da população negra, visto que há uma relação direta entre estes e a criminalidade. A exclusão social é reforçada pelo preconceito e pela estigmatização onde, no senso comum, cidadãos negros são vistos como potenciais perturbadores da ordem social.

“O que podemos esperar é o recrudescimento da população carcerária, a redução da idade de recrutamento de crianças e adolescentes por parte do narcotráfico e a institucionalização da violência policial racista, que ocasiona um verdadeiro genocídio da juventude negra” (participante do Movimento Juntos!, 23 anos).

Para os favoráveis à redução, ocorreria uma diminuição significativa da violência e criminalidade. Todavia, Não há estudos científicos no Brasil que demonstrem que a redução da maioridade penal implica em redução da criminalidade. Ao contrário, de

acordo com o Ministro José Eduardo Cardozo (2015)²⁷ estudos atestam que a criminalidade sobe quando há redução da maioridade penal e se passa a julgar crianças e adolescentes como adultos, tendo em vista, principalmente, a situação atual das penitenciárias.

“A criminalidade vai despencar se efetivamente houver punição, mas é preciso além de encarcerar por mais tempo esses jovens, obrigá-los a estudar, trabalhar e se profissionalizar dentro da cadeia e não ficarem feito animais enjaulados sem fazer nada” (participante do Instituto Pró Armas, 58 anos).

Falar sobre o envolvimento de jovens na criminalidade ao analisarmos a história, significa observar claramente que existe um perfil específico e como as expressões da questão social estão diretamente ligadas à inserção destes na criminalidade.

Uma pesquisa²⁸ realizada pelo IPEA em 2015 mostra que dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, 95% são do sexo masculino, 66% vivem em famílias extremamente pobres, 60% são negros, 60% têm de 16 a 18 anos e 51% não frequentavam escola quando cometeram o delito.

2.6.2. Causas do envolvimento juvenil na criminalidade

Como vimos no capítulo anterior, o perfil do adolescente em conflito com a lei indica que ele é negro, do sexo masculino, tem de 16 a 18 anos, não frequenta a escola e vive na miséria. Em nossa pesquisa, 83% dos participantes afirmam ter conhecimento deste perfil do adolescente em conflito com a lei no Brasil.

Quando questionados sobre o que leva um jovem a se envolver na criminalidade, 87% dos participantes citam a desigualdade social e outras expressões da questão social. Os outros 13% acreditam que a escolha individual e o prazer da infração são as causas.

Para os contrários à redução, o fenômeno da violência, da marginalidade e da criminalidade são expressões advindas da questão social, que foi preconizadora do processo de exclusão e desigualdade.

“Falta de oportunidades. Falta de igualdade. Falta de direitos” (participante da UJC, 17 anos).

²⁷ Disponível em: < <http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/06/em-vez-de-diminuir-reducao-da-maioridade-vai-aumentar-a-criminalidade-afirma-cardozo>>

²⁸ Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/150616_ntdisoc_n20>

“A falta de expectativa de um futuro que lhe permita acesso ao consumo e à qualidade de vida, principalmente. Essa desesperança resulta da péssima qualidade da Educação pública; do elitismo ainda presente no acesso ao Ensino Superior; do abandono estatal diante das periferias, voltando apenas seu braço repressor a essas regiões; dentre outras questões” (participante do Movimento Juntos!, 23 anos).

Para os favoráveis à redução, a ação é limitada a escolha e discernimento. Contudo, conforme discutimos nos capítulos anteriores, a ação não é limitada a escolha. Diversos fatores externos influenciam no ato praticado, não o delimitando a impunidade ou decisão individual.

“Um conjunto de várias causas: O charme da infração, a falta de educação social, o dinheiro e a impunidade. Diria que os dois primeiros são o caminho de entrada para o crime, os dois últimos o que o mantém no crime” (participante do Instituto Pró Armas, 58 anos).

“A escolha. As pessoas só se corrompem porque isso é uma possibilidade. Não é uma obrigatoriedade, mas ela só ocorre porque ela pode ser feita” (participante da comunidade “Direitos Humanos para os Humanos Direitos”, 18 anos).

2.7. O objetivo da redução da maioridade penal

Nesse sentido, questionamos sobre qual o objetivo da redução da maioridade penal, visto que, a princípio, o papel das medidas socioeducativas “estão pautadas principalmente em uma proposta pedagógica, que visa à reinserção social do jovem, partindo da ressignificação de valores e da reflexão interna.”²⁹

Todos os movimentos, tanto favoráveis quanto contrários à proposta, acreditam que o objetivo da redução da maioridade penal no Brasil é punir adolescentes em conflito com a lei.

Para os contrários, a punição se dá com vistas a criminalizar a juventude e exterminar a parcela pobre da sociedade. A mídia também cumpre um papel nefasto, reproduzindo e naturalizando a violência, que hoje virou ibope. Passam a ideia de que a melhor maneira de combater a violência é com violência, propagando o ódio, racismo e criminalizando setores excluídos e marginalizados da sociedade.

“Punir. Existe uma crença de que a punição de um servirá como exemplo para os demais. O que os crentes dessa ideia não sabem, no entanto, é que para a população pobre e negra a “punição” acontece mesmo fora das prisões, mesmo com inocentes.

²⁹ Cartilha sobre medidas socioeducativas – TJDF. Disponível em: <
<http://www.tjdft.jus.br/publicacoes/manuais-e-cartilhas/colecao-conhecendo-a-1a-vij-do-df/medidasSocioeducativas.pdf>>

Basta nos lembrarmos do recente caso dos garotos alvejados dentro de seu carro no Rio de Janeiro, o assassinato de Amarildo, de Claudia, do DG e de tantos outros que compõe o genocídio praticado pelo Estado” (participante do Movimento Juntos!, 23 anos).

“Punir e exterminar a parcela pobre da sociedade” (participante do MJPOP, 28 anos).

Para os favoráveis, a punição servirá como exemplo para os demais e haverá, de fato, justiça. Tais posicionamentos nos permitem observar a lógica punitiva presente no Estado Neoliberal, que em resposta ao aumento do crime e da violência, aumenta a repressão, a fim de reparar sua carência como Estado de Bem-Estar social. Essa repressão é expressa nos mecanismos de vigilância, na construção de prisões e na ampliação de aparatos punitivos através das políticas de responsabilização individual, que acentuam a desigualdade e a polarização entre classes. O aumento da repressão estatal sobre as camadas excluídas se dá como forma de contenção dos efeitos da redução de políticas sociais.

“Punir, para que haja justiça” (participante da comunidade “Orgulho de ser Reaça”, 25 anos).

“Punir e isolar. Sistema penitenciário dificilmente irá recuperar um infrator” (participante da comunidade “Direitos Humanos para os Humanos Direitos, 18 anos).

Com isso, após discutir as questões relacionadas à redução da maioridade penal e suas consequências para o Estado, a sociedade e, principalmente, para as crianças e adolescentes, 100% dos participantes acreditam que o modelo atual de punição adotado no Brasil não promove ressocialização. Ou seja, é uma política social que exige resposta para a sociedade em geral.

3. A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL SOB UMA PERSPECTIVA CRÍTICA E O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O debate apresentado no presente trabalho reflete sobre a emergência do Estado Penal em detrimento do Estado Social e o processo de criminalização de crianças e adolescentes, dado pelo aumento da violência no Brasil e no mundo.

As evidências do Estado penal se apresentam, principalmente, no estigma e na criminalização (CASTRO, 2010). Na contemporaneidade, tanto o estigma quanto a criminalização assumem contornos raciais e étnicos, na medida em que jovens e negros são tidos como perigo à sociedade.

Nesse sentido, além dos jovens encarcerados, aqueles que morrem também têm cor e endereço. São jovens vistos como uma ameaça à sociedade e não são reconhecidos como titulares dos direitos garantidos pela Constituição Federal. Basta analisarmos as estatísticas que mostram um aumento significativo no extermínio da juventude negra e pobre. Portanto, o sistema penal traz em si as marcas da discriminação.

Dessa forma, pode-se compreender que a crise do capital produz a fragilização dos direitos das crianças e adolescentes, o individualismo e o não entendimento de classes, promovendo assim, a criminalização desse segmento e a instauração de um Estado Penal em detrimento de um Estado Social.

Dessa forma, os movimentos sociais assumem um papel de extrema importância na luta pela garantia e efetivação dos direitos, com o objetivo de atuar em conjunto com diversas categorias com mais efetividade na defesa dos direitos humanos e em consonância com os interesses da classe trabalhadora.

Os movimentos sociais se organizam dentro da ordem vigente e lutam contra essa ordem para forçar a classe detentora dos meios de produção a abrir mão de regalias, fazendo com que o Estado assegure direitos em prol da maioria (SOUSA; CASTRO, 2013).

A partir dos dados obtidos na pesquisa, foi possível observar que os movimentos sociais de cunho progressista estão presentes no combate às diversas expressões da questão social, dentre elas a pobreza, a desigualdade, a violência e a criminalidade. Ao contrário, os movimentos sociais de cunho conservador defendem bandeiras pautadas na defesa da violência, são limitados por não ter uma história de luta social, restringindo-se ao visível e não considerando as particularidades da história do Brasil.

Por um lado há uma transgressão no poder e no dever de proteção do adulto e da sociedade em geral, e, por outro lado, existe uma coisificação da infância. Isto é, nega-se o direito das crianças e adolescentes serem tratados como sujeitos em condições especiais de crescimento e desenvolvimento.

Dessa maneira e conforme apresentado no capítulo 2, a violência contra esses grupos etários acompanha a trajetória humana desde os acontecimentos mais primitivos de que se têm registro e permanece até hoje. A chamada violência delinquencial, em que crianças e adolescentes são vítimas e sujeitos, é comum em uma sociedade permeada por desigualdades sociais, como é o caso do Brasil.

Considerando o contexto de criminalização apresentado neste trabalho, é urgente a necessidade de novas alternativas de contraposição. Nesse sentido, o Serviço Social é aqui apresentado como uma possibilidade de enfrentamento, através de leituras críticas da realidade, compreensão da totalidade e embasamento teórico-metodológico e ético-político, a fim de compreender os processos econômicos, políticos e sociais em curso, a influência dos meios midiáticos na ideologização da sociedade a serviço do capital e os processos de mudança no interior do Estado e sua captura pelo capital que está em constante transformação.

A emergência do Estado penal no contexto de crise do capital criminaliza indivíduos, famílias e movimentos sociais, culpabilizando-os por suas condições de classe e etnia. Tal contexto requer da sociedade e das categorias de luta, posicionamentos de denúncia de práticas discriminatórias das crianças e dos adolescentes em conflito com a lei, alvos preferenciais da mídia do grande capital, visto que “o nosso posicionamento é justamente com aqueles que estão sendo lesados em todos esses processos e que são alvo de tantas injustiças, privações e sofrimentos” (BRITES; SALES, 2007, p. 57).

Apesar de a pesquisa ter sido sucinta, tendo em vista que o universo foi reduzido diante das dificuldades encontradas, por meio deste limitado processo foi possível perceber uma compreensão reduzida de Estado e Sociedade e um forte processo de neoconservadorismo, onde há uma aceitação da desigualdade social e econômica como natural e insuperável.

No neoconservadorismo (...) o mais viável, e hipoteticamente mais saudável, seria a construção coletiva de uma igualdade de oportunidades real e a responsabilização dos indivíduos por seus erros e acertos, acompanhada da respectiva punição ou recompensa (PEREIRA, 2013, p. 111).

Dessa forma, o neoconservadorismo assume uma perspectiva punitiva e restrita que se estende à infância e juventude. Há um estímulo evidente à vivência fragmentada centrada no presente e ao individualismo intensificado, em um contexto de agravamento da violência.

A ideologia neoliberal — veiculada pela mídia, em certos meios de comunicação como o rádio, a TV, a internet e revistas de grande circulação — falseia a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a “questão social”, incita o apoio da população a práticas fascistas: o uso da força, a pena de morte, o armamento, os linchamentos, a xenofobia (BARROCO, 2011, p. 208)

Assim, o cenário atual é favorável à projeção de ideais e ações neoconservadoras e individualistas, que coexistem com configurações de resistência e oposição.

Romper com essa desigualdade é um desafio no projeto societário vigente e, por isso, no âmbito do Serviço Social, configura-se de suma importância o posicionamento contrário do CFESS à PEC 171/93, por estar baseado nos princípios do Código de Ética do/a Assistente Social e no compromisso com o projeto ético-político de uma sociedade igualitária e justa. Compreende-se que, para que haja diminuição da violência, é necessário promover igualdade social e acesso amplo aos direitos sociais garantidos a todos os cidadãos e cidadãs. O encarceramento e o excesso de internações de adolescentes resultam em uma solução simplista e de consequências desastrosas para estes e para sociedade.

É nesse sentido que, sob o ponto de vista da profissão, o enfrentamento do neoconservadorismo se dá através da organização e articulação política junto à categoria, com entidades de representação e na academia. Com efeito, tal consolidação só será possível com uma base social de sustentação, em que partidos, sindicatos, movimentos populares e entidades sociais se articulem. Ao mesmo tempo, é necessário compreender que essa luta é limitada, uma vez que ela abarca dimensões que vão além da profissão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão acerca das políticas sociais na relação entre Estado e sociedade é marcada por uma diferença crucial entre a perspectiva liberal e a perspectiva crítica. Trata-se de pensar a origem da questão social e suas expressões, que na perspectiva liberal são interpretadas como demandas individuais. Sob a perspectiva crítica, tais demandas são resultantes da relação e luta entre classes dentro de um cenário político, social e econômico, no qual o elemento principal é a discussão da democracia.

Assim, a questão social surge não mais como um resultado da experiência individual, mas do carecimento de classe. Essa mudança política de tal ponto de vista tem como consequência a superação da crença de que a pobreza é normal e necessária, crença essa que predominou durante muitos anos. Ao contrário, a pobreza surge como contradição entre o capital e trabalho, impondo a classe trabalhadora a uma geração de mais-valia possuindo, assim, um caráter estrutural antes não considerado pela perspectiva liberal.

O debate acerca da redução da maioria penal se dá em um contexto político e econômico de crise do capital que atinge hoje seu grau mais impiedoso, com consequências destrutivas expressas em desigualdade social, abandonando parâmetros civilizatórios duramente conquistados, como os direitos sociais das crianças e dos adolescentes.

Assim como ressalta Mészáros, é uma crise estrutural que atinge a relação dos indivíduos com o meio em que eles vivem. É uma crise difusa que “vai se tornar a certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural” (Mészáros, 2009, p. 17).

Nesse cenário, tem-se o agudizamento da questão social, que:

Diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (IAMAMOTO, 2001, p.10).

Assim, a questão social abrange, para além das transformações do mundo do trabalho, as novas formas da exclusão, da miséria e da pobreza, estando diretamente ligadas à questão social, assim como a criminalidade e a violência. No mesmo sentido:

Como toda categoria arrancada do real, nós não vemos a questão social, vemos suas expressões: o desemprego, o analfabetismo, a fome, a favela, a falta de leitos em hospitais, a violência, a inadimplência, etc. Assim é que, a questão social só se nos apresenta nas suas objetivações, em concretos que sintetizam as determinações prioritárias do capital sobre o trabalho, onde o objetivo é acumular capital e não garantir condições de vida para toda a população. Portanto, a questão social é uma categoria que expressa a contradição fundamental do modo capitalista de produção. Contradição, esta, fundada na produção e apropriação da riqueza gerada socialmente: os trabalhadores produzem a riqueza, os capitalistas se apropriam dela. É assim que o trabalhador não usufrui das riquezas por ele produzidas (MACHADO, 1999, p.03)

Na atualidade, um dos problemas de maior destaque na sociedade e na mídia é o crescimento da violência e da criminalidade que envolve crianças e adolescentes. Pesquisas realizadas sobre os adolescentes e a criminalidade no Brasil apontam que a pobreza e a violência afetam especialmente os adolescentes, cerca de 24% da população brasileira, segundo dados do IBGE de 2010. Tais dados refletem o projeto societário vigente, em que o capital impõe sua lógica quantitativa de busca incessante de crescimento, o que aprofunda as desigualdades sociais.

De acordo com dados do CNJ de 2012, o Brasil possui 17,5 mil jovens em conflito com a lei que cumprem medidas socioeducativas e são atendidos por 320 unidades de internação existentes em território nacional. O estudo revelou que a maioria dos adolescentes em conflito com a lei interrompeu seus estudos aos 14 anos, entre a quinta e sexta série, além disso, 8% não chegaram a ser alfabetizados. A desigualdade entre as regiões do país é evidente. No Nordeste, 20% dos jovens entrevistados afirmam não saber ler, enquanto a proporção é de 1% no Sul e Centro-Oeste. Constatou-se que 14% dos jovens em conflito com a lei possuem pelo menos um filho e 7 em cada 10 declaram-se usuários de drogas.

Em relatório da ONU, divulgado em 2010, o Brasil aparece com o terceiro pior índice de desigualdade do mundo. É marcado por grande desproporção, onde 1% da população rica concentra 1/4 da renda nacional, de acordo com Marcelo Medeiros (2012). Tal desigualdade traz conseqüências diretas na vida de crianças e adolescentes, refletindo em múltiplas expressões da questão social como vulnerabilidade e exclusão social, falta de vínculos em espaços de socialização, falta de acesso à educação, saúde,

lazer, alimentação, trabalho e cultura, inserção precoce no mundo do trabalho, exploração do trabalho infantil, oferta de integração ao consumo de drogas e de bens, uso de armas, tráfico de drogas e inserção no crime organizado. (ABRAMOVAY; CASTRO; PINHEIRO; LIMA; MARTINELLI, 2002, p. 9).

Dessa forma, o presente trabalho teve por objetivo problematizar a concepção de Estado, sociedade e direitos da criança e do adolescente que orientam o posicionamento de participantes de movimentos da sociedade civil, sendo estes favoráveis e contrários à proposta da redução da maioria penal, através de uma exposição sobre a configuração do Estado, sua relação com a sociedade e as prerrogativas punitivas que embasam o debate sobre a temática.

Durante os meses de janeiro e fevereiro de 2016, foi realizada uma pesquisa com oito participantes de movimentos da sociedade civil, sendo quatro favoráveis à proposta de redução da maioria penal e quatro contrários. A abordagem se deu através dos grupos dos movimentos em redes sociais e a participação ocorreu de forma voluntária. O instrumento de pesquisa adotado foi um questionário formado por quinze perguntas discursivas e duas objetivas e disponibilizado *online* através da plataforma *google forms*.

A partir dos dados obtidos, foi possível confirmar nossas hipóteses iniciais de que o posicionamento favorável à redução da maioria penal apresenta uma perspectiva que reforça o Estado penal, que compreende a sociedade como um aglomerado de indivíduos autônomos e eficientes, enquanto o posicionamento contrário à proposta compreende a sociedade a partir de uma concepção de classe, onde crianças e adolescentes devem ser assistidos por Políticas Públicas específicas.

Nesse sentido, é possível concluir que a maneira como os movimentos de base conservadora observam o problema da criminalidade se dá de forma perversa. Ao mesmo tempo em que não se questiona sobre as condições em que os sujeitos estão expostos, há uma condenação destes, exigindo sempre mais segurança e punição àqueles que cometem atos ilícitos.

Em contrapartida, os movimentos de base progressista observam a sociedade permeada por uma perspectiva de classe, onde o poder econômico é o determinante para

a organização, fazendo com que a luta de classes seja o instrumento pelo qual se almeja alcançar um modelo em que as condições sejam oferecidas de forma igualitária a todos.

A contradição está no fato de não serem garantidos os meios para assegurar aos cidadãos melhores condições de vida e, ainda assim, impor que tudo transcorra e funcione na mais perfeita ordem. Tais conclusões nos permitem repensar a forma como a discussão da maioria penal está apresentada na atualidade o debate que se faz urgente e necessário nos meios midiáticos e na comunidade acadêmica.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, S. Consolidação democrática e políticas de segurança pública no Brasil: rupturas e continuidades. In: ZAVERUCHA Jorge (org.). Democracia e instituições políticas brasileiras no final do século XX. Recife: Ed. Bagaço, 1998. p.151-189.
- ARAÚJO, F. C. Maioridade Penal: aspectos criminológicos in SÁ, Alvino; SHECAIRA, Sérgio Salomão (Org). Criminologia e os problemas da atualidade. São Paulo, Editora Atlas S.A, 2008
- BARROS, N. V. et. al. Juventude e Criminalização da Pobreza. Educere et Educare. Revista em Educação, v. 3, n. 5, p. 141-148, jan.-jun./2008.
- BARUCO, G. C. C. Do Consenso Keynesiano ao Pós-Consenso de Washington. Instituto de Economia. Programa de Pós-Graduação em Economia. Curso de Mestrado em Economia. Uberlândia, 2005.
- BAUMAN, Z. Globalização: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 111-136, 1999.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história – 9.ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca básica de serviço social; v.2)
- BOBBIO, N. A Era dos Direitos. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 8ª Tiragem. 1992, 2004 Elsevier Editora Ltda.
- BOSCHETTI, I. A política de seguridade no Brasil. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009, p. 329-333.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 847, de 11 de Outubro de 1890 - Publicação Original.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Projetos de Lei e Outras Proposições. PEC 171/1993.
- BRASIL, Conselho Nacional de Justiça. Problemas no sistema socioeducativo brasileiro, 2013.
- BRASIL. Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/11/1941, Página 21338 (Publicação Original). Decreto-lei nº 3.799, de 5 de novembro de 1941.

BRASIL, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Adolescentes em conflito com a Lei: Situação do atendimento institucional no Brasil, 2002.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990

BRASIL. Presidência da República. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

BRASIL. Presidência da República. DECRETO-LEI No 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.

BRASIL. Presidência da República. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

BRASIL. Presidência da República. Mapa do encarceramento – Os jovens do Brasil. 2014.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Informação Legislativa. DECRETO N. 847 ? DE 11 DE OUTUBRO DE 1890.

BRAZ, M.; NETTO, J.P. As Crises E As Contradições Do Capitalismo. Economia Política: Uma Introdução Crítica. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRAZ, M.; NETTO, J.P. Economia Política: Uma Introdução Crítica. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRISOLA, E. Estado Penal, criminalização da pobreza e Serviço Social. SER Social, Brasília, v. 14, n. 30, p. 127-154, jan./jun. 2012

BRITES C. M.; SALES, M. A. Ética e práxis profissional: capacitação de ética para agentes multiplicadores. Brasília: CFESS, 2007.

CALDEIRA, T. P. do R. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2003.

CARDOSO, M. C. V. A cidadania no contexto da Lei de Execução Penal: o (des)caminho da inclusão social do apenado no Sistema Penitenciário do Distrito Federal. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Pós-Graduação. Mestrado em Política Social. Brasília, 2006.

CASTRO, C. C. Criminalização da pobreza: mídia e propagação de uma ideologia higienista de proteção social aos pobres. 150f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade de Brasília-UnB, Brasília, 2010.

CEOLIN, G. F. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014

COELHO, E. C. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. Dados, Revista de ciências sociais. Rio de Janeiro, vol. 31, n. 2, 1988, PP. 145 a 183.

COSTA, A. C. G. da. O desafio da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente: uma trajetória de luta e trabalho. Publicação da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Ano II - Edição Especial. Outubro – 2007.

COSTA, E. V. da. Da Monarquia à República. 7a. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CUNEO, M. R. Inimputabilidade não é Impunidade. Derrube esse Mito. Diga não à Redução da Idade Penal. Revista Igualdade, v. 9 n.31, p.22-37, 2001.

CZAPSKI, A.R.S. O Assistente Social no atendimento à violência (...). Revista Travessias Ed. XIV. Unioeste, Vol. 6, No 1 (2012).

DEDECCA, C.S. e BALTAR, P. E.de. Notas sobre o mercado de trabalho no Brasil durante a industrialização restringida. Cadernos do CESIT – texto para discussão nº 12, Campinas: I.E, mimeo, 1992.

DEMO, P. Introdução à metodologia da ciência. 2ª ed., São Paulo: Atlas, 1985. DIEZ, C. L. F. e HORN, G. B. Orientações para elaboração de projetos e monografias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

DEMO, P. Metodologia Científica em Ciências Sociais. 3.ed. ver.e.ampl. – São Paulo: Atlas, 1995.

FALEIROS, V.P. Desafios de cuidar em Serviço Social: uma perspectiva crítica. R. Katál., Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 83-91, 2013.

FERREIRA, A. B. de H. Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 1995, p. 187.

FERNANDES, F.A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 3ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FONSECA, M. Y. D. A questão da redução da maioridade penal. Faculdade de Direito de Presidente Prudente – SP. 2006.

FUZIWARA, A. S. Lutas Sociais e Direitos Humanos da criança e do adolescente: uma necessária articulação. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 115, p. 527-543, jul./set. 2013.

GOFFMAN, E. Estigma: la identidad deteriorada. 5. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 1993.

MACHADO, J.S. Os reflexos da redução da maioridade civil no código penal e no código de processo penal. Faculdade de Direito de Presidente Prudente – SP; 2005.

MELLO, E. R. de. Considerações sobre o Estado em Hobbes. Revista de C. Humanas, Viçosa, v. 12, n. 1, p. 217-234, jan./jun. 2012

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, I. Século XX: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

MINAYO, M. C. S. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. Rev. Bras. Saude Mater. Infant. vol.1 no.2 Recife May/Aug. 2001.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. Estado, Classe e Movimento Social. – 3.ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca básica de serviço social; v.5)

NASCIMENTO, E. P. do. Estado e sociedade no Brasil: novos padrões de relacionamento? Brasília: Conselho da Justiça Federal, 1997. 77 p. (Série Monografias do Centro de Estudo Jurídicos); v. 4

NETO, O.S.S.M.; GRILLO, V.T.M. Recurso de Apelação nº 95.0000029-6, de Nova Londrina. Revista Igualdade, Curitiba,v. 9, p.73-81, 1995.

NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós - 64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez; 2011.

PACHECO, J. S. Direitos e Políticas Sociais: Da garantia à regulação punitiva da pobreza. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2013.

PASSETI, E. Anarquismos e sociedade de controle. São Paulo: Cortez, 2003.

PASTOR, M.; BREVILHERI, E. C. L. Estado e Política Social. Serviço Social em Revista. v. 12. n. 01. Londrina, Jul/Dez 2009

PASTORINI, A. “O círculo “maldito” da pobreza no Brasil: a mistificação das “novas” políticas sociais”. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2002

PEREIRA, L. C. B. As duas fases da história e as fases do capitalismo. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas FGV-EESP. 2011, p. 168- 189.

PEREIRA, P. A. P. Do Estado Social ao Estado anti-social. In: PEREIRA-PEREIRA, P. et.al. Política social, trabalho e democracia em questão. Brasília: Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2009.

_____. Política Social do Segundo Pós-Guerra: Ascensão e Declínio. Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas, v. IX, n. 10, Dez. 2010.

_____. Política Social: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008. 214 p. ISBN9788524913914 (broch.)

RABAT, M. N. A participação da juventude em movimentos sociais no Brasil. Consultor Legislativo da Área XIX Ciência Política, Sociologia Política, História, Relações Internacionais. Câmara dos Deputados, 2002.

SANTOS, J.S. Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

SILVA, J. A. da. Curso de direito constitucional positivo. 30. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2008. 926

SILVA, L. M. O.; MATTOS, F. A. M. de. Welfare State e emprego em saúde nos países avançados desde o Pós-Segunda Guerra Mundial. Rev. Econ. Polit. [online]. 2009, vol.29, n.3, pp. 135-152. ISSN 1809-4538.

SILVA, L.O. Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas, v. IX, n. 9, Jul. 2010.

SOARES, L. T. Os custos do ajuste neoliberal na América Latina. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, T. L. S. e. Estado Penal *versus* Estado Democrático de Direito: A Hipertrofia do Poder Punitivo e a Pauperização da Democracia. R. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 237-255, jan.-fev.-mar. 2013.

TAVARES, V. R. S.; BARBOSA, B.R.; SANTOS, F.M. O uso das redes sociais como meio de mobilização social nos protestos nacionais de junho de 2013. Revista Panorama, edição online, v. 4, n. 1, jan./dez. 2014.

TEIXEIRA, B. F. Gato escaldado em teto de zinco quente: uma análise sobre os egressos do sistema penitenciário/ Bruno Ferreira Teixeira – Rio de Janeiro: UFRJ/CFCH, 2007.

TESSMANN, E. K. Caderno de Direito da Criança e do Adolescente Dom Alberto – Santa Cruz do Sul: Faculdade Dom Alberto, 2010.

VELHO. Gilberto, Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. IN, VELHO. Gilberto. ALVITO. Marcos. (org). Cidadania e violência. 2 Ed. Rio de Janeiro: FGV. 2000.

WACQUANT, L. A ascensão do Estado penal nos EUA. Discursos Sediciosos. Rio de Janeiro, ano 7, n.11, p.13-39, 1º semestre, 1998.

_____. As prisões da Miséria; tradução André Telles, tradução da introdução à segunda edição e do prefácio Maria Luiza X. de A. Borges – 2.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. Punir os pobres. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 24.

_____. As duas faces do gueto. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008.

APÊNDICE 1

Questionário aplicado *online* através da plataforma *google forms*.

1. Idade:
2. Escolaridade:
3. Faz parte de algum movimento social? Qual?
4. Qual o posicionamento desse movimento social frente à redução da maioria penal?
5. De que maneira o movimento se articula pela causa?
6. Qual seu posicionamento em relação à redução da maioria penal?
7. Na sua opinião, qual o papel do Estado frente à sociedade? Perspectiva punitiva, controladora ou social?
8. Como você compreende a organização da sociedade? Permeada pela perspectiva de classe ou como a junção de indivíduos autônomos e eficientes?
9. Como você visualiza a construção dos direitos da criança e do adolescente no Brasil?
10. Como você visualiza o ECA? O que impossibilita que as medidas socioeducativas promovam resultados mais favoráveis?
11. O posicionamento contrário à redução da maioria penal aponta para educação como solução para os problemas da delinquência juvenil. Junto com o sistema educativo, quais as outras possibilidades de se contrapor a essa realidade?
12. Quais efeitos pode-se esperar, em médio a longo prazo, do encarceramento desses jovens se reduzirmos a maioria penal no Brasil?
13. Como a redução da maioria penal beneficiaria ou prejudicaria a sociedade?
14. Você tem conhecimento de qual o perfil do adolescente em conflito com a lei no Brasil?

15. Você acredita que a sociedade como um todo deveria ter o direito de dialogar num debate sobre o tema? Se sim, de que maneira?
16. O que você acha que leva um jovem a se envolver com a criminalidade?
17. Órgãos governamentais e a mídia têm mostrado que existem problemas crônicos do sistema penitenciário brasileiro, como a superlotação e a falta de acesso a direitos básicos por parte dos detentos. Você acredita que a redução da maioridade penal agravaria a situação do sistema prisional?
18. Na sua opinião, qual o objetivo da redução da maioridade penal: punir, recuperar ou isolar?
19. Você acredita que o modelo atual de punição adotado no Brasil promove a ressocialização?

ANEXO 1

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA

O PLENÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, em sua XXX^a

Reunião

Ordinária, realizada nos dias do mês de ano, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e

Considerando que a ética é uma construção humana, portanto histórica, social e cultural;

Considerando que a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos;

Considerando que o agir ético do pesquisador demanda ação consciente e livre do participante;

Considerando que a pesquisa em ciências humanas e sociais exige respeito e garantia do pleno exercício dos direitos dos participantes, devendo ser concebida, avaliada e realizada de modo a prever e evitar possíveis danos aos participantes;

Considerando que as ciências humanas e sociais têm especificidades nas suas concepções e práticas de pesquisa, na medida em que nelas prevalece uma aceção pluralista de ciência da qual decorre a adoção de múltiplas perspectivas teórico-metodológicas, bem como lidam com atribuições de significado, práticas e representações, sem intervenção direta no corpo humano, com natureza e grau de risco específico;

Considerando que a relação pesquisador-participante se constrói continuamente no processo da pesquisa, podendo ser redefinida a qualquer momento no diálogo entre subjetividades, implicando reflexividade e construção de relações não hierárquicas;

Considerando os documentos que constituem os pilares do reconhecimento e da afirmação da dignidade, da liberdade e da autonomia do ser humano, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 e a Declaração Interamericana de Direitos e Deveres Humanos, de 1948;

Considerando a existência do Sistema dos Comitês de Ética em Pesquisa e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa;

Considerando que a Resolução 466/12, no artigo XIII.3, reconhece as especificidades éticas das pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas, dadas suas particularidades;

Considerando que a produção científica deve implicar benefícios atuais ou potenciais para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção da qualidade de vida e o respeito aos direitos civis, sociais e culturais, e da defesa e preservação do meio ambiente, para as presentes e futuras gerações;

Considerando a importância de se construir um marco normativo claro, preciso e plenamente compreensível por todos os envolvidos nas atividades de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, resolve:

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução.

Parágrafo único. Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP:

- I– a pesquisa de opinião pública com participantes não identificados;
- II– a pesquisa que utilize informações de acesso público ou de domínio público;
- III- pesquisas censitárias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e equivalentes;
- IV- pesquisas com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual; e
- V- pesquisas realizadas exclusivamente com artigos científicos para revisão da literatura científica.

Capítulo I

DOS TERMOS E DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os fins desta Resolução, adotam-se os seguintes termos e definições:

I- assentimento livre e esclarecido: anuência do participante da pesquisa, criança, adolescente ou legalmente incapaz, na medida de sua compreensão e respeitadas suas singularidades, após esclarecimento sobre a natureza da pesquisa, sua justificativa, seus objetivos, os métodos, os potenciais benefícios e os riscos. Trata-se de um processo pautado na construção de relação de confiança entre pesquisador e participante da pesquisa, em conformidade com a cultura destes e continuamente aberto ao diálogo e ao questionamento, não sendo o registro da obtenção do assentimento necessariamente escrito;

II - assistência ao participante da pesquisa: é a que será devida sempre que por procedimento da pesquisa houver superveniência de dano ao participante;

III- consentimento livre e esclarecido: anuência do participante da pesquisa ou de seu representante legal, livre de simulação, fraude, erro ou intimidação, após esclarecimento sobre a natureza da pesquisa, sua justificativa, seus objetivos, métodos, potenciais benefícios e riscos. Nos casos especificados nesta Resolução e excepcionalmente, pode ser autorizada a realização de pesquisa sem a concessão do consentimento pelo participante da pesquisa ou pelo seu representante legal;

IV- dano material: lesão que atinge o patrimônio do participante da pesquisa em virtude das características ou dos resultados do processo de pesquisa, impondo uma despesa pecuniária ou diminuindo suas receitas auferidas ou que poderiam ser auferidas;

V- dano imaterial: lesão em direito ou bem da personalidade, tais como integridades física e psíquica, saúde, honra, imagem, e privacidade, ilicitamente produzida ao participante da pesquisa por características ou resultados do processo de pesquisa;

VI- esclarecimento: processo de apresentação clara e acessível da natureza da pesquisa, sua justificativa, seus objetivos, métodos, potenciais benefícios e riscos, concebido na medida da compreensão do participante, a partir de suas características sociais, econômicas e culturais, e em razão das abordagens metodológicas aplicadas. Todos esses elementos determinam se o esclarecimento dar-se-á por documento escrito, por imagem ou de forma oral, registrada ou sem registro;

VII- etapas preliminares de uma pesquisa: são assim consideradas as atividades que o pesquisador tem que desenvolver para averiguar as condições de possibilidade de

realização da pesquisa, incluindo investigação documental e contatos diretos com possíveis participantes, sem sua identificação e sem o registro público e formal das informações assim obtidas; não devendo ser confundidas com “estudos exploratórios” ou com “pesquisas piloto”, que devem ser consideradas como projetos de pesquisas. Incluem-se nas etapas preliminares as visitas às comunidades, aos serviços, as conversas com liderança comunitárias, entre outros;

VIII – dados e informações de acesso público e de domínio público: materiais que podem ser utilizados na produção de pesquisa e na transmissão de conhecimento e que se encontram disponíveis sem restrição ao acesso dos pesquisadores e dos cidadãos em geral, não estando sujeitos a limitações relacionadas à privacidade, à segurança ou ao controle de acesso, podendo ser usados livremente pelo público. Essas informações podem estar processadas, ou não, e contidas em qualquer meio, suporte e formato produzido ou gerido por órgãos públicos ou privados. São exemplos de dados de domínio público as bases de dados disponibilizadas pelo DATASUS (Departamento de Informática do SUS) e pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em seus sítios eletrônicos, material divulgado na mídia, entre outros. Cabe enfatizar que dados publicados nem sempre são de domínio público, podendo estar protegidos por direitos autorais;

XI- medidas reparatórias: reparações, que incluem a possibilidade de indenização, aos participantes da pesquisa por dano material e imaterial decorrente das características ou dos resultados do processo de pesquisa;

XII - participante da pesquisa: indivíduo ou grupo, que não sendo membro da equipe de pesquisa, dela participa de forma esclarecida e voluntária, mediante a concessão de consentimento quando capaz e também de assentimento quando incapaz, nas formas descritas nesta resolução;

XIV – pesquisa de opinião: consulta verbal ou escrita, de caráter pontual, através da qual o participante, é convidado a expressar sua preferência, avaliação ou o sentido que atribui a temas, atuação de pessoas e organizações, ou a produtos e serviços; sem possibilidade de identificação do participante;

XV - pesquisa encoberta: pesquisa conduzida sem que os participantes sejam informados sobre objetivos e procedimentos do estudo, e sem que seu consentimento seja obtido previamente ou durante a realização da pesquisa. A pesquisa encoberta se justifica em circunstâncias nas quais a informação sobre objetivos e procedimentos alteraria o comportamento alvo do estudo ou quando a utilização deste método se

apresenta como única forma de condução do estudo. Sempre que se mostre factível, o consentimento dos participantes deverá ser buscado posteriormente;

XVI - pesquisa em ciências humanas e sociais: aquelas que se voltam para o conhecimento e compreensão das condições, existência, e vivência das pessoas e dos grupos, em suas relações sociais, seus valores culturais, suas ordenações históricas e políticas e suas formas de subjetividade e comunicação, de forma direta ou indireta;

XVII - pesquisador responsável: pessoa com no mínimo título de tecnólogo, bacharel ou licenciatura, responsável pela coordenação e realização da pesquisa e pela integridade e bem estar dos participantes no processo de pesquisa;

XVIII- privacidade: direito do participante da pesquisa de manter o controle sobre suas escolhas e informações pessoais e de resguardar sua intimidade, sua imagem e seus dados pessoais, sendo uma garantia de que essas escolhas de vida não sofrerão invasões indevidas, pelo controle público, estatal ou não estatal, e pela reprovação social a partir das características ou dos resultados da pesquisa;

XIX- processo de consentimento: processo dialógico de obtenção da concordância da pessoa em participar da pesquisa, por meio do estabelecimento de relação de confiança entre pesquisador e participante. Pode haver ou não registro; em caso de tê-lo, pode ser obtido sob diferentes formas. Pode ser retirado a qualquer momento pelo participante da pesquisa, sem qualquer prejuízo;

XX - discriminação: caracterização ou tratamento social de uma pessoa ou grupo de pessoas, com consequente violação à dignidade humana, aos direitos humanos e liberdades fundamentais dessa pessoa ou grupo de pessoas;

XXI - estigmatização: atribuição de conteúdo negativo a uma ou mais características (estigma) de uma pessoa ou grupo de pessoas, com consequente violação à dignidade humana, aos direitos humanos e liberdades fundamentais dessa pessoa ou grupo de pessoas;

XXII – incapacidade: refere-se à condição de um indivíduo que não tenha capacidade, de acordo com o Código Civil, para dar o seu consentimento livre e esclarecido, devendo ser representado por um responsável legal.;

XXIII- protocolo de pesquisa: conjunto de documentos contemplando a folha de rosto e o projeto de pesquisa com a descrição da pesquisa em seus aspectos fundamentais e as informações relativas ao participante da pesquisa, à qualificação dos pesquisadores e a todas as instâncias responsáveis. Aplica-se o disposto na

norma operacional do CNS em vigor ou outra que venha a substituí-la, no que couber e quando não houver prejuízo no estabelecido nesta Resolução;

XXVI- registro do consentimento ou do assentimento: documento em qualquer meio, formato ou mídia, como papel, áudio, filmagem, mídia eletrônica, que registra a concessão de consentimento ou de assentimento livre e esclarecido, sendo a forma de registro escolhida a partir das características pessoais, sociais, econômicas e culturais do participante da pesquisa e em razão das abordagens metodológicas aplicadas;

XXV - relatório final: é aquele apresentado no encerramento da pesquisa, totalizando seus resultados;

XXVI- ressarcimento: compensação material dos gastos decorrentes da participação na pesquisa, ou seja, despesas do participante e seus acompanhantes, tais como transporte e alimentação;

XXVII- risco da pesquisa: possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente; e

XXVIII- vulnerabilidade: situação na qual pessoa ou grupo de pessoas não possa avaliar adequadamente os riscos de sua participação na pesquisa ou tenha limitada a capacidade de agir conforme sua decisão

Capítulo II

DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS DAS PESQUISAS EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Art. 3º São princípios éticos das pesquisas em ciências humanas e sociais:

I - reconhecimento da liberdade e autonomia de todos os envolvidos no processo de pesquisa, inclusive da liberdade científica e acadêmica; II - defesa dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo nas relações que envolvem os processos de pesquisa;

II - respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos, bem como aos hábitos e costumes, dos participantes das pesquisas;

III - empenho na ampliação e consolidação da democracia por meio da socialização da produção de conhecimento resultante da pesquisa;

IV – recusa de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de indivíduos e grupos vulneráveis e discriminados e às diferenças dos processos de pesquisa;

V - garantia de consentimento dos participantes das pesquisas, esclarecidos sobre seu sentido e implicações;

VI - garantia da confidencialidade das informações, da privacidade dos participantes e da proteção de sua identidade, inclusive do uso de sua imagem e voz;

VIII - garantia da não utilização, por parte do pesquisador, das informações obtidas em pesquisa em prejuízo dos seus participantes; e

VIII - compromisso de todos os envolvidos na pesquisa de não criar, manter ou ampliar as situações de risco ou vulnerabilidade para indivíduos e coletividades, nem acentuar o estigma, o preconceito ou a discriminação.

Capítulo III

DO PROCESSO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Art. 4º O processo de consentimento livre e esclarecido envolve o estabelecimento de relação de confiança entre pesquisador e participante, continuamente aberto ao diálogo e ao questionamento, podendo ser obtido ou registrado em qualquer das fases de execução da pesquisa, bem como retirado a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ao participante.

Art. 5º O processo de comunicação do consentimento livre e esclarecido pode ser realizado por meio de sua expressão oral, escrita, ou de outras formas que se mostrem adequadas, devendo ser consideradas as características sociais, econômicas e culturais da pessoa ou grupo de pessoas participante da pesquisa e as abordagens metodológicas aplicadas.

§ 1º O processo de comunicação do consentimento livre e esclarecido deve ocorrer de maneira espontânea, clara e objetiva, e evitar modalidades excessivamente formais, num clima de mútua confiança, assegurando uma comunicação plena e interativa.

§ 2º No processo de comunicação do consentimento livre e esclarecido, o participante deverá ter a oportunidade de esclarecer suas dúvidas, bem como dispor do tempo que lhe for adequado para a tomada de uma decisão autônoma.

Art. 6º O pesquisador deverá buscar o momento, condição e local mais adequado para que os esclarecimentos sobre a pesquisa sejam efetuados, considerando, para isso, as peculiaridades do convidado a participar da pesquisa, a quem será garantido o direito de recusa.

Art. 7º O pesquisador deverá assegurar espaço para que o participante possa expressar seus receios ou dúvidas durante o processo de pesquisa, evitando qualquer forma de imposição ou constrangimento, respeitando sua cultura.

Art. 8º As informações sobre a pesquisa devem ser transmitidas de forma acessível e transparente para que o convidado a participar de uma pesquisa possa se manifestar, de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida.

Art. 9º São direitos dos participantes:

- I – desistir a qualquer momento de participar da pesquisa;
- II – ser informado sobre a pesquisa;
- III – ter sua privacidade respeitada;
- IV – ter garantida a confidencialidade das informações pessoais;
- V – a indenização pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; e
- VI – o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa.

Seção I

Da obtenção do Consentimento

Art. 10. O pesquisador deve esclarecer o potencial participante, na medida de sua compreensão e respeitadas suas singularidades, sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, riscos e potenciais benefícios.

Art. 11. O consentimento do participante da pesquisa deverá ser particularmente garantido àquele que, embora plenamente capaz, esteja exposto a condicionamentos específicos, ou sujeito a relação de autoridade ou de dependência, caracterizando situações passíveis de limitação da autonomia.

Art. 12. Deverá haver justificativa da escolha de crianças, de adolescentes e de pessoas em situação de diminuição de sua capacidade de decisão no protocolo a ser aprovado pelo sistema CEP/CONEP.

Parágrafo único. Nos casos previstos *nocaput* deverão ser obtidos o assentimento do

participante e o consentimento livre e esclarecido, por meio dos representantes legais do participante da pesquisa, preservado o direito à informação e à autonomia do participante, de acordo com a sua capacidade.

Art. 13. Em comunidades cuja cultura reconheça a autoridade do líder ou do coletivo sobre o indivíduo, como é o caso de algumas comunidades religiosas ou populares, por exemplo, a obtenção da autorização para a pesquisa deve respeitar tal particularidade, sem prejuízo do consentimento individual, quando possível e desejável.

Art. 14. A dispensa do consentimento justifica-se nos seguintes casos:

I - pesquisas que envolvam indícios de prática de ilícito, por parte de pessoas vinculadas à instituição em que será realizada a investigação, ou aquela em que há evidente relevância pública e que possa implicar a revelação de fatos inconvenientes ao participante ou a sua instituição; como por exemplo, pesquisa realizada em clínicas geriátricas, psiquiátricas ou outras instituições fechadas, que podem identificar tratamento inadequado das pessoas que nela residem, avaliações de serviços, pesquisas sobre corrupção em instituições públicas ou privadas, entre outros; e

II - pesquisas cujo objeto envolva agrupamentos transitórios de pessoas aproximadas por motivações ou atividades comuns, sem vínculo prévio entre si, e cujos comportamentos coletivos podem ser pesquisados sem identificação individual dos participantes. Inclui-se a pesquisa com multidões, tal como a pesquisa que investiga o comportamento das torcidas em estádios de futebol, o que não isenta de submissão.

Parágrafo único. No caso do inciso I a dispensa do consentimento deverá ser avaliada e aprovada pelo sistema CEP/CONEP.

Seção II

Do Registro do Consentimento

Art. 15. O Registro do Consentimento é o meio pelo qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante ou de seu responsável legal, sob a forma escrita, sonora, imagética, ou em outras formas que atendam às características da pesquisa e dos participantes, incluindo testemunha que não componha a equipe de pesquisa; devendo conter informações em linguagem clara e de fácil entendimento para o suficiente esclarecimento sobre a pesquisa.

Parágrafo único. Quando não houver registro de consentimento, o pesquisador deverá apresentar documento ao participante que contemple as informações previstas para o consentimento livre e esclarecido sobre a pesquisa.

Art. 16. O pesquisador deverá justificar o meio de registro mais adequado, considerando, para isso, o grau de risco envolvido, as características do processo da pesquisa e do participante.

§ 1º Os casos em que seja inviável o Registro de Consentimento ou do Assentimento Livre e Esclarecido ou em que este registro signifique riscos substanciais à privacidade e confidencialidade dos dados do participante ou aos vínculos de confiança entre pesquisador e pesquisado, a dispensa deve ser justificada pelo pesquisador responsável ao sistema CEP/CONEP.

§ 2º A dispensa do registro de consentimento ou de assentimento não isenta o pesquisador do processo de consentimento, salvo nos casos previstos nesta Resolução.

§ 3º A dispensa do Registro do Consentimento deverá ser avaliada e aprovada pelo sistema CEP/CONEP.

Art. 17. O Registro de Consentimento Livre e Esclarecido deverá conter esclarecimentos suficientes sobre a pesquisa incluindo:

I - a justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa, com informação sobre métodos a serem utilizados, em linguagem clara e acessível, aos participantes da pesquisa, respeitada a natureza da pesquisa;

II - a explicitação dos possíveis danos decorrentes da participação na pesquisa, além da apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar situações que possam causar dano, considerando as características do participante da pesquisa;

III- a garantia de plena liberdade do participante da pesquisa para decidir sobre sua participação, podendo retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo algum;

IV - a garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa seja pessoa ou grupo de pessoas, durante todas as fases da pesquisa, exceto quando houver sua manifestação explícita em sentido contrário, mesmo após o término da pesquisa;

V - informação sobre a forma de acompanhamento e a assistência a que terão direito os participantes da pesquisa, inclusive considerando benefícios, quando houver;

VI – garantia aos participantes o acesso aos resultados da pesquisa, sobretudo quando se refletirem em benefícios aos participantes e comunidades envolvidas;

VII - explicitação da garantia ao participante de ressarcimento e a descrição das formas de cobertura das despesas realizadas pelo participante decorrentes da pesquisa, quando houver;

VIII - o endereço, e-mail e contato telefônico, dos responsáveis pela pesquisa, do CEP local e, quando for o caso, da CONEP;

IX - breve explicação sobre o que é o CEP, bem como endereço, e-mail e contato telefônico dos responsáveis pela pesquisa, do CEP local e, quando for o caso, da CONEP; e

X– a informação de que o participante terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

Parágrafo único. Nos casos em que o Consentimento ou o Assentimento Livre e Esclarecido for registrado por escrito uma via, assinada pelo participante e pelo pesquisador responsável, deve ser entregue ao participante.

Capítulo IV

DOS RISCOS

Art. 18. Nos projetos de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, a definição e a gradação do risco resultam da apreciação dos seus procedimentos metodológicos e do seu potencial de causar danos maiores ao participante do que os existentes na vida cotidiana, em consonância com o caráter processual e dialogal dessas pesquisas.

Art. 19. O pesquisador deve estar sempre atento aos riscos que a pesquisa possa acarretar aos participantes em decorrência dos seus procedimentos, devendo para tanto serem adotadas medidas de precaução e proteção, a fim de evitar dano ou atenuar seus efeitos.

§ 1º Quando o pesquisador perceber qualquer possibilidade de dano ao participante, decorrente da participação na pesquisa, deverá discutir com os participantes as providências cabíveis, que podem incluir o encerramento da pesquisa e informar o sistema CEP/CONEP.

§ 2º O participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito à indenização.

Art. 20. O pesquisador deverá adotar todas as medidas cabíveis para proteger o participante quando criança, adolescente, ou qualquer pessoa cuja autonomia esteja reduzida ou que esteja sujeita a relação de autoridade ou dependência que caracterize situação de limitação da autonomia, reconhecendo sua situação peculiar de vulnerabilidade, independentemente do nível de risco da pesquisa.

Art. 21. O risco previsto no protocolo será graduado nos níveis mínimo, baixo, moderado ou elevado, considerando sua magnitude em função de características e circunstâncias do projeto, conforme definição de Resolução específica sobre tipificação e gradação de risco e sobre tramitação dos protocolos.

§ 1º A tramitação dos protocolos será diferenciada de acordo com a gradação de risco.

§ 2º A gradação do risco deve distinguir diferentes níveis de precaução e proteção em relação ao participante da pesquisa.

Capítulo V

DO PROCEDIMENTO DE ANÁLISE ÉTICA NO SISTEMA CEP/CONEP

Art. 22. O protocolo a ser submetido à avaliação ética somente será apreciado se for apresentada toda a documentação solicitada pelo Sistema CEP/CONEP, tal como descrita, a esse respeito, na norma operacional do CNS em vigor, no que couber e quando não houver prejuízo no estabelecido nesta Resolução, considerando a natureza e as especificidades de cada pesquisa.

Art. 23. Os projetos de pesquisa serão inscritos na Plataforma Brasil, para sua avaliação ética, da forma prevista nesta Resolução e na Resolução específica de gradação, tipificação de risco e tramitação dos protocolos.

Art. 24. Todas as etapas preliminares necessárias para que o pesquisador elabore seu projeto não são alvo de avaliação do sistema CEP/CONEP.

Art. 25. A avaliação a ser feita pelo Sistema CEP/CONEP incidirá sobre os aspectos éticos dos projetos, considerando os riscos e a devida proteção dos direitos dos participantes da pesquisa.

§ 1º A avaliação científica dos aspectos teóricos e metodológicos dos projetos submetidos a essa Resolução compete às instâncias acadêmicas específicas, tais como comissões acadêmicas de pesquisa, bancas de pós-graduação, instituições de fomento à pesquisa, dentre outros.

§ 2º Os projetos de pesquisa que não são propostos e avaliados por instituições de pesquisa deverão ser submetidos, pelo CEP, à avaliação científica dos aspectos teóricos e metodológicos, por um pesquisador da área de Ciências Humanas e Sociais. Este parecerista, preferencialmente, deverá ter a titulação de Doutor, sendo membro interno ou **ad hoc** do CEP.

Art. 26. A análise ética dos projetos de pesquisa de que trata esta Resolução só poderá ocorrer nos Comitês de Ética em pesquisa que comportarem representação significativa de pesquisadores das ciências humanas e sociais, devendo os relatores ser escolhidos dentre os membros qualificados nessa área de conhecimento.

Art. 27. A pesquisa realizada por alunos de graduação, que é parte de projeto do orientador já aprovado pelo sistema CEP/CONEP será apresentada como emenda ao projeto aprovado.

Capítulo VI

DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Art. 28. A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

I - apresentar o protocolo devidamente instruído ao sistema CEP/CONEP, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa, conforme definido em resolução específica de tipificação e gradação de risco;

II - conduzir o processo de Consentimento Livre e Esclarecido;

III - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento;

IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 anos após o término da pesquisa; e

V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção.

Capítulo VII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 29. Será instituída instância, no âmbito da CONEP, para implementação, acompanhamento, proposição de atualização desta Resolução e do formulário próprio para inscrição dos protocolos relativos a projetos dessas ciências na Plataforma Brasil, bem como para a proposição de projetos de capacitação na área.

Parágrafo único. A instância prevista no **caput** será composta por membros titulares das Ciências Humanas e Sociais integrantes da CONEP, representantes das associações científicas nacionais de Ciências Humanas e Sociais, membros dos CEP de Ciências Humanas e Sociais e de usuários.

Art. 30. Deverá ser estimulada a formação de CEP dedicados a projetos de pesquisa da área de ciências humanas e sociais.

Parágrafo único. Os aspectos relacionados às modificações necessárias na Plataforma Brasil entrarão em vigor quando da atualização do sistema.

Capítulo VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. Aplica-se o disposto nos itens VII, VIII, IX e X, da Resolução CNS nº 466, de 12/12/2012, no que couber e quando não houver prejuízo ao disposto nesta Resolução.

Art. 32. A CONEP terá composição equitativa dos membros titulares e suplentes indicados pelos CEP entre a área de Ciências Humanas e Sociais e as demais áreas que a compõem, garantindo a representação equilibrada das diferentes áreas na elaboração de normas e no gerenciamento do Sistema CEP/CONEP.

Art. 33. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.